

MÉRI DE OLIVEIRA POLICHUK



**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação, Área de Concentração: Gestão de Instituições de Ensino da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jayme Ferreira Bueno

CURITIBA

1995

Para José, Fernanda e Renata

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Jayme Ferreira Bueno, orientador incansável, cujo estímulo resultou neste trabalho.

À Rita Maria Perdoncini, Irene Gielow e Tatiana Aparecida Justino Klempls, da biblioteca do Curso de Farmácia da UFPR, pelo auxílio na intensa busca das obras consultadas nessa e em outras bibliotecas.

A todos os amigos da PROEC, pelas informações valiosas, lembranças e documentos utilizados nesta dissertação.

À Ieda Maria dos Santos Bacellar e Aglair da Cruz Colares, pelo empréstimo de suas dissertações e pelas palavras animadoras.

RESUMO

Temos constatado, em nossos estudos, que não existe um grande e fiel relacionamento entre o ensino, a pesquisa e a extensão nas universidades brasileiras. Na verdade, as funções-fim que formam a universidade apresentam-se desarticuladas umas das outras como se não fizessem parte de um mesmo sistema educativo.

Os três vértices em que se apóia a universidade apresentam-se carentes de recursos, destacando-se à extensão como a de maior fragilidade nesse aspecto.

Numa tentativa de fugir a essa máxima, a Universidade Federal do Paraná tem, ao longo de sua história, investido nessa área. Os maiores efeitos puderam ser sentidos quando os programas de extensão foram sistematizados. De lá para cá, a extensão, na UFPR, tem sido motivo de maior empenho, equiparando-se, em importância, ao ensino e à pesquisa.

RESUMO

Temos constatado, em nossos estudos, que não existe um grande e fiel relacionamento entre o ensino, a pesquisa e a extensão nas universidades brasileiras. Na verdade, as funções-fim que formam a universidade apresentam-se desarticuladas umas das outras como se não fizessem parte de um mesmo sistema educativo.

Os três vértices em que se apóia a universidade apresentam-se carentes de recursos, destacando-se à extensão como a de maior fragilidade nesse aspecto.

Numa tentativa de fugir a essa máxima, a Universidade Federal do Paraná tem, ao longo de sua história, investido nessa área. Os maiores efeitos puderam ser sentidos quando os programas de extensão foram sistematizados. De lá para cá, a extensão, na UFPR, tem sido motivo de maior empenho, equiparando-se, em importância, ao ensino e à pesquisa.

SUMÁRIO

| | PÁG. |
|--|------|
| INTRODUÇÃO | 01 |
| 1º CAPÍTULO - PEQUENO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE E SUAS FUNÇÕES | 07 |
| 1.1 - A UNIVERSIDADE | 07 |
| 1.2 - O ENSINO | 15 |
| 1.3 - A PESQUISA | 20 |
| 1.4 - A EXTENSÃO | 28 |
| 2º CAPÍTULO - A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA | 33 |
| 2.1 - CONCEITUAÇÃO | 33 |
| 2.2 - A EXTENSÃO NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL | 36 |
| 2.3 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EXTENSÃO | 39 |
| 2.4 - A PRÁTICA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA HOJE | 50 |
| 3º CAPÍTULO - A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ | 63 |
| 3.1 - HISTÓRICO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ | 63 |

| | |
|---|-----|
| 3.2 - NORMAS QUE REGEM A EXTENSÃO NA UFPR | 68 |
| 3.3 - PROGRAMAS E PROJETOS REALIZADOS | 78 |
| PROPOSIÇÕES | 95 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 111 |
| ANEXOS | 115 |

INTRODUÇÃO

A universidade é uma instituição que, intrinsecamente, tem como funções básicas o ensino, a pesquisa e a extensão. Estas funções devem atuar de forma indissociável uma das outras.

Na configuração da universidade brasileira, o ensino e a pesquisa, o primeiro mais que a segunda, têm merecido momentos de reflexão, tanto por parte de educadores como a nível de autoridades, sejam educacionais ou governamentais. Essas reflexões desencadearam, com referência ao ensino, várias reformas universitárias. Quanto à pesquisa, refletiram-se principalmente na criação de instituições específicas, como é o caso do CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa. A mesma reflexão, infelizmente, não vem acontecendo, pelo menos com a mesma intensidade, quando se trata da extensão.

No que diz respeito à extensão, pensou-se, num primeiro momento, em um modelo nacional único. Como resultado, várias experiências foram feitas, algumas aproveitando a ajuda de outros países, e, por isso mesmo, moldada em seus ditames, como por exemplo a criação do CRUTAC (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária), que contou com a ajuda dos Estados Unidos e que se espalhou por todo o Brasil. Surgiram outros, de inspiração puramente nacional, como é o caso do Projeto Rondon. Este levou estudantes do Brasil inteiro a

percorrer comunidades as mais diversas e distantes de suas próprias, buscando conhecer melhor e atuar nessas comunidades.

Sem querer tirar o mérito de tais experiências, a extensão, sendo a atividade universitária que mais se aproxima do povo e, por esse motivo, a que mais contribui para o seu desenvolvimento, não deve ter um modelo único, fechado e enquadrado num formato de âmbito nacional.

Lembramos, com as palavras de Montaigne, citadas por Paulo Freire e lembradas por Alcy Joaquim Ramalho, em seu pronunciamento por ocasião da abertura do 1º Seminário de Extensão da Região Sul - SEURS, que: “Existe uma sabedoria superior às erudições. Uma sabedoria que pode vir mais dos poetas do que dos técnicos. Mais da própria gente do povo do que dos acadêmicos – e da qual a Universidade não deve nunca afastar-se” (SEURS, 1983, p. 24).

É com a extensão que se poderá aproveitar a sabedoria do povo e colocá-la dentro da realidade da comunidade acadêmica.

“A extensão traz no seu bojo o compromisso de educação à comunidade, à possibilidade de co-participação na formulação e execução dos próprios conteúdos de educação” (SEURS, 1983, p. 27).

É por esse motivo que afirmamos que a extensão não poderia seguir, como se tentou, um modelo único. Desenvolvendo suas atividades junto às comunidades há que se levar em conta que cada uma dessas comunidades tem suas peculiaridades, dependendo da região em que está assentada.

Ao longo de sua história, a Universidade Federal do Paraná - UFPR, procurou acompanhar todos os movimentos extensionistas do país, tendo sido, inclusive, pioneira em projetos, como é o caso das universidades volantes, que será motivo de referência e análise neste trabalho. Compreendendo, porém, as peculiaridades de sua comunidade, a UFPR fez evoluir suas atividades de extensão, de tal forma, que, hoje, não se encontra sequer um departamento que não esteja envolvido em tais atividades.

O tema deste trabalho é a extensão universitária acompanhada de sua evolução, principalmente a que vem sendo desenvolvida pela UFPR. O estudo do tema se justifica pela necessidade de maior expressão desta atividade tão desprestigiada, de um modo geral, nas universidades. Encontramos base para esta afirmação no diagnóstico realizado pelo Seminário de Articulação Ensino-Extensão: Mecanismos e Formas de Operacionalização realizado em Florianópolis, que comprovou ser muito pequeno o número de alunos envolvidos em programas de extensão, bem como reduzido número de docentes que neles participam. No estudo da evolução da extensão universitária da UFPR, compreendemos que esta Universidade, ao contrário das outras, tem procurado diferenciar a extensão. Para tanto vem envolvendo grande número de acadêmicos e professores em seus programas, procurando, com isso, manter a importância que a extensão merece como função universitária básica ao lado do ensino e da pesquisa.

Para o desenvolvimento deste trabalho, adotamos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e documental. No que se refere à pesquisa bibliográfica, procuramos consultar obras que tratam do tema, de autores consagrados ou de estudiosos que se propuseram a enfocar o assunto especificamente sobre a UFPR. Por esta pesquisa, tentamos levantar a diferença do tratamento dado ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como abordar as diversas concepções de cada uma dessas funções, principalmente na universidade brasileira, desde a sua criação. Procuramos, também, acompanhar a evolução das atividades realizadas no âmbito da extensão, buscando melhor compreendê-la na sua totalidade.

O campo da pesquisa documental é a própria UFPR, por se tratar do foco central do trabalho. Como docente desta Universidade, não foi difícil o acesso aos dados necessários, inclusive podendo contar com a colaboração de colegas e funcionários dos departamentos específicos.

A extensão universitária apresenta-se, hoje, como um desafio à comunidade acadêmica, configurando-se como uma atividade de mão dupla: procura levar à comunidade os benefícios do trabalho universitário, ao mesmo tempo em que aproveita o saber popular para trazê-lo para dentro da universidade. Convivendo com as comunidades, a educação universitária toma o sentido de "... aprender a aprender ou aprender a ser" (SEURS, 1983, p. 20), o que leva os estudantes a se comprometerem com a produção e troca de conhecimentos, resultando, para eles, numa nova visão de mundo.

“Repetimos que o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julgam não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações” (CARNEIRO, 1972, p. 17).

A UFPR entende que o desenvolvimento de projetos de extensão universitária são indispensáveis para auxiliar no desenvolvimento social e que seu papel, mesmo que subrepticamente, é tão importante quanto o ensino e a pesquisa. Por isso, desde a sua fundação, vem exercendo esta atividade regularmente. Portanto, o objetivo deste trabalho é estudar a extensão nos seus conceitos e abrangência e, em particular, mostrar a evolução da extensão dentro da UFPR.

A configuração da extensão na legislação educacional está também presente neste trabalho, assim como as normas que regem especificamente a extensão dentro da UFPR. Legislação e normas serão elementos de apoio e de embasamento para as idéias que se formarem sobre a extensão universitária, no desenvolver do trabalho.

No 1º Capítulo, serão enfocados o ensino, a pesquisa e a extensão e será apresentada uma breve descrição sobre a origem e evolução da universidade.

O 2º Capítulo trata da extensão universitária – serão apresentados os conceitos de vários autores e estudiosos brasileiros, uma evolução histórica da extensão no Brasil, a extensão dentro da legislação educacional e a extensão que vem sendo desenvolvida.

No 3º Capítulo, será enfocada a extensão na UFPR, mostrando a evolução dessa atividade, as normas que a regem e exemplos de programas já desenvolvidos e em desenvolvimento.

Além dos três capítulos e desta parte introdutória, serão apresentadas, como conclusão, algumas propostas que possam ser aplicadas nas universidades, em particular na UFPR, procurando buscar meios para revitalizar o funcionamento da extensão universitária.

1º CAPÍTULO - PEQUENO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE E SUAS FUNÇÕES

1.1 - A UNIVERSIDADE

A universidade é tida como o mais alto órgão do sistema de ensino educacional de um país, bem como da cultura nacional e universal, pois se apresenta como um instrumento de difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Desempenha três funções-fim: ensino, pesquisa e extensão.

Embora este trabalho se atenha especificamente à última destas funções, é preciso um pouco da história da constituição das universidades, para que se tenha o entendimento das suas outras funções.

Inspirada na institucionalização do ensino superior católico, surge a primeira universidade, em Paris, entre 1150 e 1170. A seguir, ainda no século XII, surgem as de Oxford e de Cambridge, na Inglaterra, as de Bolonha, Pádua, Nápoles e Siena, na Itália, e a de Praga.

Na América Latina, a primeira foi a do México, seguida pela do Peru.

No Brasil, até a Independência, não havia nenhuma instituição de nível superior que tivesse a estrutura de universidade, apenas alguns cursos espalhados pelo Brasil, como os de Direito, em São Paulo e Olinda; de Medicina, no Rio de

Janeiro e Bahia; de Engenharia, em Ouro Preto, e alguns outros. Segundo COLARES, esses cursos tinham o objetivo básico de especializar e preparar “... estudantes para que pudessem ser úteis principalmente ao ensino público. [...] não havia interesse para a criação de [...] universidades, pois receava-se que as mesmas facilitassem o rompimento dos laços de união entre a sociedade brasileira e a Corte de Lisboa” (1988, p. 10).

Dessa forma, o ensino superior brasileiro foi instalado com o intuito de atender aos interesses de uma pequena minoria privilegiada, sem abrir à grande maioria a oportunidade de acesso a ele.

A necessidade, porém, de ampliar a educação a todos os níveis da sociedade fez crescer a urgência da instalação de universidades.

Atendendo a essa crescente necessidade, muitas tentativas foram feitas, como a do jornalista José Francisco da Rocha Pombo, em 1891, em Curitiba, ao tentar fundar a Universidade do Paraná. Em 1910, chegou-se mesmo a lançar a pedra fundamental dessa Universidade, mas a ação parou aí.

Em 19 de dezembro de 1912, Fernando Moreira, Pamphilo de Assumpção e Vitor Ferreira do Amaral, amparados pelo decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911, que estabelecia regime de liberdade para o ensino superior no Brasil, “... compõem uma comissão destinada a implantar na cidade de Curitiba, um estabelecimento de ensino superior...” – a Universidade do Paraná (COLARES, 1988, p. 18). Em 1913, os estatutos da Universidade foram promulgados. A Universidade recebeu bens móveis e dotações orçamentárias do governo e ainda a assembléia estadual a

beneficiou com a promulgação da Lei nº 1.352, de 24 de abril de 1913, que determinava o exercício da profissão de farmacêutico, no estado, aos diplomados pela Universidade do Paraná. Contudo, a projetada Universidade não conseguiu o seu reconhecimento pelo governo federal.

Os cursos que a Universidade deveria manter eram os de Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia Civil, Engenharia Industrial, Engenharia Mecânica e Eletricidade, Agronomia, Medicina, Veterinária, Farmácia, Odontologia, Obstetrícia, Medicina e Cirurgia e o de Comércio (COLARES, 1988).

Apesar das muitas tentativas, a primeira universidade brasileira a ser reconhecida como tal foi a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, que, com a fusão de vários cursos, passa, em 1931, a constituir-se na Universidade do Brasil.

A Universidade de São Paulo foi criada, em 1934, por decreto do governo estadual de Armando Sales de Oliveira.

Somente em 4 de dezembro de 1950, por dispositivo da Lei nº 1.254, a Universidade do Paraná foi federalizada. Assinaram a lei o Presidente Eurico Gaspar Dutra e o Ministro da Educação Pedro Calmon. A campanha para se tornar uma universidade federal foi lançada pelo Reitor Flávio Suplicy de Lacerda.

O modelo para a criação das universidades brasileiras foi o francês, que consistia na reunião de diversas faculdades. As universidades européias tomaram a forma, que em muitas delas ainda hoje vigora, a partir da época do feudalismo. A Renascença, com seu espírito renovador e humanista, não podia conceber uma universidade conservadora que não encarasse de frente os movimentos sociais.

No Iluminismo, a universidade começa a adquirir a fisionomia de centro de pesquisas:

Em 1809, com a criação da Universidade de Berlim, a universidade passou a ser conceituada como uma comunidade de pesquisadores, cuidando da educação e, com maior ênfase, na criação e organização do saber, principalmente através da pesquisa científica. Tratou-se, na época, de um tipo revolucionário de universidade (ZAGOTTIS, s/d, p. 10).

A Universidade, como é conhecida hoje, só mudou mesmo com a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, que modificou a economia, transformando-a de agrícola para manufatureira, passando a exigir um novo sistema de conhecimentos. Tal sistema implicava uma educação voltada para o enriquecimento intelectual sem perder de vista o progresso material.

A partir desse pensamento, os professores universitários, que até então tinham que seguir rigidamente os ditames governamentais ou religiosos, passaram a poder organizar suas disciplinas, segundo suas próprias idéias.

Após a Revolução Industrial, a exigência técnico-econômica aumenta, fazendo surgir a necessidade de força de trabalho de pessoas com alta escolaridade e determinações ideológicas. O positivismo apresenta-se como a filosofia que vai de encontro a essas novas exigências, influenciando a criação de novas universidades.

Não havia uma política educacional voltada para a universidade, sequer existiam, ainda, programas relativos aos estudos de 3º grau. As funções da universidade eram meramente didáticas.

Em 1931, aparece o primeiro projeto relativo ao ensino superior, em cujas diretrizes encontra-se, pela primeira vez, a preocupação com a finalidade social da universidade.

O 2º Congresso Nacional de Estudantes, realizado em 1938, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Movimento de Córdoba, ocorrido na Argentina em 1918, apresenta algumas sugestões para uma reforma universitária, na qual se confirma a preocupação de a universidade relacionar-se mais com a realidade social. Nesse Congresso, foram propostas algumas reformas que não se efetivaram, mas que plantaram algumas sementes sobre a necessidade de consonância entre a universidade e a realidade social.

A Constituição Brasileira de 1946 passou a atribuir à União competência para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Com base nesse dispositivo, entendeu-se que seria necessário um texto legal único. Assim, em 1948, foi encaminhado ao Congresso Nacional, o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que resultou, em 1961, na Lei nº 4.024. Nela, estava previsto o ensino superior, no que diz respeito à sua organização administrativa, mas permaneciam às expensas da União os custos relativos à manutenção das universidades.

As universidades brasileiras assim permaneceram até a criação da Universidade de Brasília. Com esta, pretendeu-se uma universidade brasileira diferente, com um plano orientador que estabelecia funcionamento integrado de oito institutos-centros: Matemática, Física, Química, Biologia, Geociências, Ciências

Humanas, Letras, Artes; sete faculdades: Ciências Agrárias, Ciências Médicas, Tecnologia, Ciências Políticas e Sociais, Arquitetura e Urbanismo, Educação, Biblioteconomia; cinco órgãos complementares: biblioteca central, editora, radiodifusora, estádio, museu.

O vestibular unificado obrigava o aluno a freqüentar um curso básico em sua área de opção, seguindo depois para o curso de sua escolha. O rendimento do aluno era medido por meio de um sistema de créditos, o que lhe facultava matricular-se pelo menos em duas disciplinas por semestre.

Essa experiência, porém, teve duração de apenas quatro anos, pois “... quando dava seus primeiros passos o golpe militar de 1964, que submeteu o Brasil a uma ditadura repressiva, assaltou a universidade e lhe impôs um interventor. E assim foi destruído o projeto mais ambicioso da intelectualidade brasileira, e até hoje não se restaurou” (COLARES, 1988, p. 24).

O Ato Institucional nº 5 veio aumentar ainda mais a repressão instaurada, influenciando diretamente no meio estudantil e, por conseqüência, nas universidades. Segundo DIAS, esse Ato

... ao contrário do que se facultava na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – impõe-se um modelo único de Universidade. Todas as normas são implantadas com rigidez, sem qualquer possibilidade criativa de adaptação por parte de cada uma das instituições universitárias. Fixa-se, desta forma, o modelo único de Universidade, prevalecente, em linhas gerais, até os dias de hoje, não obstante os esforços recentes no sentido de rompê-lo (1989, p. 37).

Algumas dessas medidas permanecem até os dias de hoje, como, por exemplo, o vestibular unificado.

A Universidade de Brasília sobreviveu e muitas outras foram criadas em tempo recorde. Porém, não havia estrutura adequada para a atuação das universidades. Hoje, segundo o MEC, o Brasil conta com mais de 70 universidades, e seu papel na sociedade também foi ampliado, constituindo-se numa instituição que luta contra o subdesenvolvimento, seja por meio da pesquisa ou por meio da extensão. Mas para que esta universidade encontre consonância com o desenvolvimento nacional é preciso redefini-la.

POERNER (1968) e RIBEIRO (1969) defendem a idéia de que é preciso renovar a estrutura da universidade, redefini-la para que a própria universidade seja renovada.

Para que isto aconteça, é preciso superar as dificuldades existentes começando por um maior intercâmbio entre professores e alunos, de forma a se influenciarem mutuamente, emergindo daí melhor resposta às expectativas da sociedade.

Para TOALDO, a principal dificuldade da universidade brasileira “... refere-se à sua inadaptação à sociedade, seja no que respeita ao atendimento das necessidades reais desta, seja pelo seu atraso sobre a evolução acelerada da ciência e da tecnologia” (1977, p. 65).

Na tentativa de sanar os problemas mais graves, bem como de renovar e redefinir o papel das universidades brasileiras, alguns convênios foram firmados, principalmente com os Estados Unidos, o que já se caracteriza como uma forma de extensão. Dentre as finalidades, coloca-se a cooperação cultural entre os países signatários do acordo.

Obviamente, tais acordos seguiram o modelo universitário americano. Um desses convênios foi o Acordo MEC-USAID (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional), em 1963, que visava ao planejamento do ensino superior no Brasil, com a finalidade de lançar bases sólidas para uma rápida expansão e uma fundamental melhoria do sistema de ensino brasileiro. Esse acordo previa a elaboração de uma série de planos, a curto e longo prazos.

A reforma universitária, porém, só viria em 1968, com a Lei nº 5.540, que dava às universidades autonomia didática, administrativa e financeira. Essa reforma, entretanto, ainda não conseguiu atingir os objetivos a que se propõem o ensino, a pesquisa e a extensão, pois as universidades, "... financiadas pelos recursos públicos, para servirem à criação de uma infra-estrutura a serviço da elite, são abandonadas e ameaçadas de privatização, para que os novos financiadores mantenham o controle sobre a infra-estrutura que continuará servindo aos mesmos propósitos" (BUARQUE, apud OBLADEN, 1995, p. 16).

Dessa forma, novo movimento de reforma se instala a partir de 1986, desta vez, com praticamente maciça adesão dos professores universitários. Nesse movimento, as principais reivindicações referem-se ao ajustamento da universidade

ao desenvolvimento brasileiro por meio de políticas científicas e tecnológicas voltadas para a universidade.

Atualmente, as universidades brasileiras projetam-se numa incessante busca de melhoria, tanto em suas estruturas como em seus processos, com o objetivo de fazer valer a sua tríplice função básica, entendendo-se que "... é um instrumento da sociedade e compete-se uma missão eminente da inteligência" (GONÇALVES, apud INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS, 1969, p. 83). Há todo um esforço na tentativa de afastá-la do isolamento institucional e integrá-la ao conjunto da sociedade, levando o seu potencial educativo a toda a população.

1.2 - O ENSINO

A universidade tem como função mais genérica a de contribuir para a perpetuação ou para a alteração da sociedade (RIBEIRO, 1969).

O ensino firmou-se como característica predominante desde o aparecimento da universidade e fez com que o professor se esquecesse de que o seu entrelaçamento com a pesquisa e a extensão resulta num processo de produção intelectual.

Entretanto, é o ensino que dá as condições às inteligências de aceitar razões ou de realizar descobrimentos, reunindo matérias técnicas ou práticas que permitem

esse descobrimento e que levem a compreensão para ações conseqüentes (CARNEIRO, 1972).

No Brasil, o acesso ao ensino superior era uma maneira encontrada para a ascensão social. Tinha como objetivo preparar pessoas de elite para enquadrar o cidadão no sistema social vigente, apresentando-se como conservador e sem caráter nacional, seguindo modelos que não se enquadravam às necessidades do país. O ensino superior constituía-se em privilégio de uma classe social.

À medida que se foi democratizando, a universidade brasileira foi também adquirindo o caráter de ilha, isolando-se como instituição do saber, mas sem conseguir criar "... um espírito autenticamente universitário, capaz de permitir a racionalização e a atualização do ensino..." (RIBEIRO, 1969, p. 215). Limitava-se, pois, à transmissão de conhecimentos.

Segundo BUARQUE:

Nascida para lutar contra dogmas da época, a universidade criou um dogma: o de que todo saber não-acadêmico seria mito, e aprisionou-se neste novo mito. A concepção de universidade como ilha do saber transformou-se em ilha de reclusão intelectual. Depara-se com dificuldades para sair de si e buscar inspiração no saber externo. Não consegue fugir do papel de legitimadora do saber e, restringe seu papel basicamente a outorgar diplomas de ensino superior (1994, p. 58/59).

Não devia ser esse o propósito do ensino superior. O ensino universitário é necessário para o desenvolvimento do país, para tornar possível a qualificação e a

quantificação do estudo a todos os níveis da sociedade. Sendo a universidade a instituição de propagação da ciência, cujo acesso é permitido pelo ensino, não se pode pensá-la como uma forma de enquadrar os cidadãos no sistema social vigente e, muito menos, ver a universidade como isolada desse sistema. Ao contrário, a ciência deve ser ministrada com o objetivo de fazer chegar à sociedade os benefícios por ela trazidos, mas aproveitando os saberes dessa sociedade. Afinal, é para atender às necessidades do bom funcionamento desta sociedade que são formados os profissionais de nível superior.

RIBEIRO e ALMEIDA comungam a idéia de que à universidade cabe dominar as ciências, como incremento da cultura humana, pois só assim as ações dos professores culminarão com a eficiência da universidade e com o respeito à verdade, como princípios que devem ser seguidos.

Desde o seu início, o ensino superior brasileiro encontrou muitas dificuldades para fazer valer estes dois princípios, haja vista a conclusão a que chegou o Fórum “A Educação que nos Convém”, realizado pela PUC/RJ e pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais:

As condições para um adequado funcionamento das escolas superiores isoladas ou reunidas em Universidades, só existem, próximos dos centros urbanos com um mínimo de população e com um alto desenvolvimento dos setores secundário e terciário, mesmo que se trate de escolas de universidades, especificamente, com finalidade de graduação ou pós-graduação, nas profissões destinadas ao desempenho de funções do setor primário (INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS, 1969, p. 20).

A falta de condições adequadas, aliada a atos apenas politiqueiros, faz com que sejam criadas universidades com uma única proposta, como se as realidades regionais fossem únicas em toda a extensão territorial do país. Assim, as universidades não conseguem atender às necessidades das regiões em que são instaladas.

Na 38^a Reunião da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), o professor Dr. José Goldenberg, em sua palestra, dividiu assim o Brasil: Brasil I — contendo São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, e Brasil II — o restante dos estados. Não existe a preocupação com o desenvolvimento de uma metodologia que possa ser aplicada à realidade do ensino superior brasileiro, respeitando-se as características de cada região.

O impacto da evolução tecnológica tem sido sentido pelas universidades. No entanto, elas se vêm desprovidas de condições materiais para acompanhar esta evolução, com sérias conseqüências em termos de insatisfação incontida por parte de professores e alunos.

Tentativas têm sido feitas, haja vista que “... a formulação de uma política de melhoria da qualidade do ensino considerou como intimamente articuladas as questões relativas da expansão, ao fortalecimento das universidades e ao aperfeiçoamento dos processos gerenciais particulares à vida acadêmica de nível superior” (BRASIL, 1979, p. 66).

Outra tentativa do Ministério da Educação e Cultura foi o Projeto de Reformulação dos Currículos do Ensino Superior, parte do Plano Setorial 1974/79,

que lutou pela procura de um perfil para os currículos universitários que apresentassem teor científico de acordo com cada profissão oferecida pela universidade.

Os próprios reitores, em seus vários encontros, também manifestaram preocupação com o caminho tomado pelo ensino universitário, discutindo novas propostas que o levassem para um rumo mais construtivo em direção à modernidade.

Constata-se, assim, que, às portas do ano 2.000, as universidades, no Brasil, mantêm ainda um espírito conservador, não conseguindo encontrar o caminho para a modernidade do ensino universitário, quando deveria oferecer a todos um ensino diversificado e de qualidade, para poder desenvolver todas as potencialidades de um povo e de uma nação (KOURGANOFF, 1990).

O estágio de desenvolvimento social e econômico deverá ser o condicionante para que as universidades brasileiras consigam fazer da ciência um estímulo para a criação, atendendo, assim, às suas funções básicas e fazendo do ensino o instrumento para se atingir suas duas outras funções: a pesquisa e a extensão.

1.3 - A PESQUISA

De um modo geral, a pesquisa foi e continua sendo privilegiada nas considerações de diversos autores, como, por exemplo, ALMEIDA (1956) e BACELAR (1988).

Para o primeiro, a pesquisa é o centro nervoso da universidade; para o segundo, o conhecimento gerado por meio da pesquisa é aproveitado pela própria sociedade.

A primeira idéia sobre pesquisa universitária surgiu em 1760 na Lunar Society de Birmighan. Os primeiros passos, nesse sentido, foram dados em 1830, no laboratório de Liebig, na Alemanha, mas só passou a constituir função universitária propriamente dita, em 1856, no Royal College of Chemistry, em Londres, a partir do momento em que os fenômenos mecânicos e térmicos podiam, ainda que de forma limitada, ser tratados de forma empírica e intuitiva, mas os fenômenos químicos não podiam merecer o mesmo tratamento (ZAGOTTIS, s/d).

A criação de institutos exclusivamente voltados para a pesquisa veio corroborar com a idéia da sua vital importância para a cultura moral de uma nação. A partir daí, as universidades passaram a incorporar a pesquisa como uma das suas funções-fim, aumentando o conceito que se tinha sobre o termo.

A pesquisa pode ser entendida como pesquisa pura ou fundamental – quando desvinculada de objetivos práticos, e pesquisa aplicada quando visa a conseqüências determinadas. Mesmo não possuindo a preocupação da prática, a pesquisa pura não

é totalmente livre e nem feita de maneira aleatória. Existe uma certa seletividade, forçada por fatores econômicos, sociais, culturais e políticos.

Pela palestra de Gilberto Alves da SILVA, da FINEP, no I Seminário de Extensão Universitária da Região Sul - SEURS, realizado em Curitiba, de 7 a 9 de agosto de 1983, entende-se: "A pesquisa é uma atividade cujo objetivo é produzir novos conhecimentos e, em geral, envolve experiências". Em seguida, porém, ele mostra o desvio da pesquisa. "Esta palavra muitas vezes vem sendo usada de uma maneira deturpada, sendo empregada em atividades que poderiam ser denominadas de censo, levantamento de dados ou coletas de informações" (SEURS, 1983, p. 68).

É preciso diferenciar a pesquisa como função básica da universidade e a pesquisa feita por institutos ou empresas.

A pesquisa que mais interessa à universidade é a fundamental, pois tem como objetivo aumentar os conhecimentos científicos, sem, necessariamente, ter em vista alguma aplicação prática. Não é preciso que ela tenha compromissos com a resolução de problemas, mas deve contribuir com algo novo ao acervo de conhecimentos acumulados sobre fenômenos de qualquer natureza.

A pesquisa aplicada, ao contrário, busca soluções para problemas objetivos e contemporâneos. Por isso, deve ficar sob a responsabilidade de institutos e empresas, sem contudo ficar descartada a possibilidade de também ser desenvolvida na universidade.

A própria Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, prevê em seus primeiros artigos:

Art. 1º - O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário.

Art. 2º - O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades...

A soberania de um país depende, entre outros fatores, de sua capacidade de produzir, desenvolver e incorporar novos conhecimentos nos diversos setores, como o econômico e o político. Para tanto, a pesquisa é imprescindível, pois leva ao desenvolvimento tecnológico e, como consequência, ao desenvolvimento do país.

A pesquisa universitária, sendo indissociável do ensino, tem como função básica "... gerar e promover conhecimentos que possam servir a população [...] deixando que o conhecimento resultante da mesma ultrapasse os muros da universidade" (COLARES, 1988, p. 32).

Se o ensino brasileiro encontra-se nesse estado de fragilidade, com a pesquisa não tem sido muito diferente. Sem a pesquisa, o próprio ensino é enfraquecido, uma vez que ela serve para alimentar a sua agilização.

Os recursos destinados à universidade, via de regra, destinam-se quase que unicamente ao custeio do ensino de graduação. Com a escassez de recursos, tanto materiais quanto humanos e qualificados, esta parte da trilogia funcional da universidade tem sido prejudicada, o que resulta na dissociação entre ensino e pesquisa, desviando-se do que se considera dupla exigência — preparação profissional e investigação científica.

COLARES afirma: "... a universidade sofre de males crônicos: ausência de pesquisas científicas, sistemáticas, amparadas por uma política de financiamento regular e que venham enquanto comunidade acadêmica, a constituir acervo significativo de conhecimento nos diferentes campos do saber" (1988, p. 35).

Quando foram criadas as universidades brasileiras, a pesquisa já era, então, uma das funções-fim da universidade. Para implementar essa função, em 15 de janeiro de 1951, foi criado o CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa, a título de consolidação das atividades ligadas à ciência. Ao ser criado, este Conselho tinha como objetivo promover e estimular o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica. Entre as suas finalidades, encontrava-se a formação de especialistas e o intercâmbio com instituições estrangeiras, com o intuito de buscar subsídios para o desenvolvimento de novos trabalhos. Nos primeiros anos, o CNPq voltou-se principalmente para a formação de recursos humanos, auxiliado pela CAPES - Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. Depois, o CNPq recebeu o nome de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Institucionalmente, o CNPq foi o primeiro avanço do Governo Federal em política de desenvolvimento científico e tecnológico.

Nessa época, começou a surgir um grande contingente de cientistas e pesquisadores financiados com a Bolsa de Pesquisador.

Segundo Gilberto Alves da SILVA, foi neste mesmo período, em junho de 1952, que se deu a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

(BNDE), com o objetivo de coordenar e fomentar o desenvolvimento infra-estrutural e industrial. Sistematizando o processo de substituição de importações, passou a apoiar a pesquisa tecnológica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico - FUNDETC (SEURS, 1983, p. 70).

Em 24 de julho de 1967, com o Decreto nº 61.056 surge a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos S.A.). Em 1972, a FINEP deixou de ser sociedade anônima e transformou-se em empresa pública.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), de 1968/1970, resultou na criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), em 1969.

Em 1971, este Fundo passou a ser administrado pela FINEP, cujo objetivo é apoiar e fomentar estudos, programas e projetos de interesse para o desenvolvimento do país, realizados em empresas, universidades, centros e institutos de pesquisa tecnológica.

As décadas de 50 e 60 representaram forte investimento em formação de recursos humanos apoiados pelo CNPq e CAPES. Começa a ser desenvolvida a pós-graduação para titulação. Na década de 70, a moda foi apoiar os grupos emergentes reunindo os recém-mestres e doutores em institutos ou centros de pesquisa. O início da década de 80 foi marcado pelas tecnologias alternativas, não convencionais. O final dessa década traz as tecnologias de ponta, como a biotecnologia, mecatrônica, química fina, informática. E, finalmente, o início da década de 90 registra a moda da qualidade total, em que o erro tem que ser zero.

Todos esses modismos acabaram por incutir no meio acadêmico que todo professor deveria ser, simultaneamente, pesquisador e extensionista, não importando a vocação de cada um.

Desde os anos 30 vem-se falando em indissociabilidade do ensino e da pesquisa. No entanto até hoje se percebe que essa integração é bastante complexa. Mais tarde, incluiu-se nessa indissociabilidade também a extensão.

A integração leva a universidade a atuar como um verdadeiro laboratório da sociedade, tornando-se um centro que aplica e difunde o patrimônio do saber humano. A universidade deve ser simultaneamente um órgão de ensino, pesquisa e extensão.

No entanto, apesar dos modismos, há pouca atividade de pesquisa entre os professores universitários. Segundo COLARES, "... a pesquisa não é só atividade profissional específica do pesquisador mas também pode ser extensiva ao professor que estuda, lê e pesquisa..." (1988, p. 32).

Da mesma maneira que não há como desvincular a pesquisa do ensino, também não há como entender o professor como mero repassador de conhecimentos.

BACELAR constata: "É comum afirmar que o ensino se destina a todos e a pesquisa só a alguns, o que dá a falsa idéia de 'status' ao pesquisador e menor valor ao professor que transmite o conhecimento já produzido, como se estudar, ler e pesquisar fossem elementos distintos" (1988, p. 32).

E continua: "O compromisso do professor universitário com a ciência é ter como objetivo o processo educacional como um todo e ser portanto um professor

pesquisador que ministre o ensino, porque não é possível a pesquisa dissociada do ensino ou vice-versa” (1988, p. 33).

Dessa afirmação depreende-se que cada profissional tem o seu papel a cumprir, mas a pesquisa está implícita na própria função do professor, pois é por meio dos questionamentos trazidos pelo aluno que o professor obriga-se a refletir e a pesquisar para depois transmitir.

Muitas vezes, o próprio método utilizado pelos professores para a construção do saber reduz-se ao expositivo, dissociando ainda mais o ensino da pesquisa. O aluno, por sua vez, contenta-se em receber informações repassadas pelos professores, o que descaracteriza a construção do saber. A pesquisa deve fazer parte da maneira humana de se instruir. O saber é construído pela investigação pormenorizada em detalhes.

É preciso que os professores assumam com competência o compromisso para com a pesquisa, como forma indissociável de ensino, mas é preciso, primeiro, que as universidades sejam providas de recursos materiais para esse fim.

ROCHA FILHO descreve assim a importância da pesquisa: “Uma universidade sem pesquisa própria é um planeta que gira em torno de si. Somente a universidade capaz de desbravar novos rumos através da pesquisa poderá ser considerada, efetivamente, um sol com luz própria, com calor vivificante”. Comenta, ainda, que se não houver empenho no desenvolvimento do ensino e da pesquisa, o desenvolvimento industrial levará o Brasil ao aumento da dependência dos países

desenvolvidos. Continuando o seu raciocínio, diz: “E de nada nos servirá um rápido desenvolvimento industrial se dependermos de técnicos estrangeiros para movimentar nossas usinas, nossas fábricas e se não criarmos, por um trabalho fecundo, a riqueza baseada no solo” (ROCHA FILHO, 1993, p. 103).

Os cursos de pós-graduação apresentavam-se como uma pálida tentativa de contribuir para com a pesquisa universitária e científica, na procura de atingir as necessidades do sistema. A própria finalidade dos cursos de pós-graduação é a de formar especialistas para atuarem como professores, consultores e pesquisadores de alto nível, em universidades, centros de pesquisa e empresas.

Na verdade, grande parte dos egressos de tais cursos só apresentam um trabalho de pesquisa como forma de cumprir a exigência acadêmica e conseguir seu diploma de pós-graduado.

Esta é a realidade da pesquisa nas universidades brasileiras e uma realidade conhecida pelas autoridades competentes, como observou OBLADEN, ao transcrever, em seu trabalho, o item 5 do documento produzido pela Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras, de 1994. Esse item, diz respeito ao objetivo proposto pela Comissão: “Estudar, propor e implementar mudanças no cotidiano das atividades acadêmicas do ensino, da pesquisa e da extensão contribuindo para a formulação de projetos pedagógicos e institucionais socialmente legítimos e relevantes” (1995, p. 12).

Esse documento deixa clara a necessidade de apoiar as atividades acadêmicas de um modo geral, mas a implementação e incrementação da pesquisa universitária,

articulada ao ensino e à extensão, ligada ou não aos tantos institutos criados para esse fim, é que vai caracterizar a universidade como um local de construção do saber, e a pesquisa como desempenhando um papel fundamental para o desenvolvimento econômico e social, pois está irreversivelmente ligada ao desenvolvimento do país, seja por meio de descobertas próprias ou pela importação de descobertas de pesquisadores de outros países.

Cabe à universidade a função de aprofundar conhecimentos e culturas. No desempenho de sua função profissionalizante, a universidade deve caracterizar-se como preâmbulo à prática industrial, levando os acadêmicos aos laboratórios, não apenas para verificar e demonstrar coisas já conhecidas, mas, principalmente, para a descoberta de novos conhecimentos e novos meios de ação que tragam novos efeitos de modo a verificar-se o progresso (CARNEIRO, 1972).

1.4 - A EXTENSÃO

Dentro do quadro de indefinições e dificuldades em que se encontram as funções-fim da universidade, a extensão é a que tem merecido menor atenção, tendo sido mesmo relegada ao ostracismo pelas instituições universitárias do país, apesar de ser reconhecida como uma das faces sociais da universidade.

Nascida no interior dos movimentos educacionais históricos, a extensão caracteriza-se como uma das três funções da qual se incumbem as instituições de

ensino superior, vinculando-se intimamente ao ensino e à pesquisa. Cabe-lhe estender as atividades da universidade à comunidade. Isso significa que a universidade sai das suas instalações formais ou do seu campus para ir ao encontro de seu meio circundante, ampliando sua área de ação, aumentando sua clientela e envolvendo a comunidade, seus organismos e população. É por meio da extensão universitária que a universidade se relaciona intimamente com os diversos setores da sociedade.

Segundo o Ministério da Educação e do Desporto - MEC, a extensão tem como finalidade: "... a abertura da universidade às comunidades bem como a concretização de diferentes propostas com relação ao ensino teórico-prático, ao ensino e a pesquisa, à prestação de serviços e à participação dos departamentos acadêmicos em projetos universitários, envolvendo populações, empresas públicas e privadas, governo, instituições e órgãos de desenvolvimento" (1979, p. 132).

É a extensão universitária que chega aos diversos setores da sociedade para descobrir-lhes as necessidades e propor formas de atuação que consigam suprir tais necessidades.

Assim como a pesquisa, a extensão é parte integrante do ensino e que a ele se interliga. Entretanto, a própria estrutura universitária a desvincula das outras funções-fim da universidade, tornando-a, como as outras, atividades específicas e estanques, apesar de a própria reforma universitária de 1968 reconhecer a indissociabilidade dessa trilogia.

Vista como elo de ligação entre a instituição e a comunidade, a extensão encontrou muitas dificuldades para se consolidar como função-fim da universidade, mas muitas foram as tentativas de acerto.

A Universidade de São Paulo foi a primeira instituição de ensino superior no Brasil a desenvolver atividades de extensão, porém se tratava de cursos muito específicos, dirigidos ao um público seletivo e com conteúdos muito desligados das reais necessidades da população (SILVA, 1991).

Na década de 30, a extensão era levada a efeito segundo a idéia de uma atividade com vistas ao desenvolvimento social. Em 1938, o Segundo Congresso Nacional de Estudantes, ao apresentar sugestões para uma reforma educacional brasileira, fez constar em suas reivindicações, segundo assinala POERNER: “Promover e estimular a transmissão do saber [...] pelos cursos de extensão e divulgação dos conhecimentos científicos e artísticos, realizados nas cidades e nos campos e dirigidos ao povo” (1968, p. 324).

Em 1940, a extensão passa a ter grande significação como atividade de extensão rural. Nesse sentido, vários convênios foram firmados. Um deles foi efetuado entre o Brasil e os Estados Unidos, em 1942, com o objetivo de dar assistência técnica aos países pobres, por meio da incrementação da produção de gêneros alimentícios. Ato contínuo foi a realização de um acordo, em 1945, sobre a educação rural, que resultou na criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR). Em 1948, é criada a Associação de

Crédito e Assistência Rural (ACAR), em Minas Gerais, que fez do Brasil uma verdadeira cópia do modelo americano de extensão agrícola.

Esse tipo de extensão caracterizou-se como rural e os acordos efetuados abrangeram as áreas da psicologia, agronomia, veterinária e de desenvolvimento de comunidades, sob modelo americano.

Muitas outras tentativas e experiências foram feitas, até que em 1968, com a reforma universitária, a extensão foi motivo de preocupação governamental e passou a constituir-se uma das funções básicas da universidade, embora nem sempre entendida em seu verdadeiro sentido, como afirma BUARQUE: “A idéia da extensão esteve presente, nas últimas décadas, na visão restrita e, muitas vezes, assistencialista – como se, em vez de uma função acadêmica, os universitários desejassem expiar a culpa de serem privilegiados” (1994, p. 137).

Como consequência do fato de se considerar a extensão como uma das funções básicas da universidade, foi criada, pelo Decreto-Lei nº 916, de 7 de outubro de 1969, a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CIRCRUTAC), com o objetivo de propiciar condições materiais e técnicas para a implantação de programas de extensão.

Muitas outras atividades de extensão surgiram, até que, em 1993, o MEC/SESu criou o “Programa de Fomento à Extensão Universitária”, com o objetivo de redimensionar a extensão como constituinte da prática acadêmica.

Ainda nesse ano, o assunto mereceu a preocupação da Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileira - CNA, que incluiu, em seu item nº 2, conforme assinalou OBLADEN: “Conhecer, numa atitude diagnóstica, como se realizam e se interrelacionam na universidade as tarefas acadêmicas em suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão...” (1995, p. 12).

RIBEIRO (1969) e GONÇALVES (1969) entendem a extensão universitária como uma prática acadêmica que leva tanto a universidade como a própria sociedade a sofrerem transformações. Para esses autores, a extensão atua como permanente forma de atualização do saber e exige, periodicamente, uma reavaliação dos conhecimentos adquiridos. Ela é a propulsora de mudança, desde que se encontre o caminho certo para a sua prática.

Neste capítulo, tentamos mostrar a evolução e crescente democratização das universidades. A evolução, embora lenta, pode ser vista principalmente por meio da agregação da pesquisa e da extensão como funções básicas da universidade; o aumento significativo de universidades no país demonstra a democratização do ensino superior. Uma vez que a universidade não pode alienar-se da realidade social em que está inserida, a incrementação da pesquisa, a partir das necessidades sociais captadas pela extensão, também se caracteriza como evolução. A implantação de diretrizes e políticas de extensão, bem como as tentativas de práticas extensionistas em âmbito nacional, serão enfocadas no próximo capítulo.

2º CAPÍTULO - A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

2.1 - Conceituação

As tentativas de consolidar a extensão como prática universitária ocasionaram entendimentos diversificados sobre seu conceito, quase sempre precários, tendo em vista as várias formas de posturas, definições e formulações. Vários autores, professores, estudiosos e mesmo as leis que regem o ensino superior conceituaram, a seu modo, a extensão.

Segundo a Resolução 24/93 da UFPR, em seu art. 1º, extensão universitária é um processo educativo-cultural-científico que de forma indissociável articula-se com o ensino e a pesquisa e contribui para a transformação da sociedade.

Etimologicamente, “extensão vem do latim ‘extensione’ e significa ato ou efeito de estender-se” (BACELLAR, 1989, p. 38).

Para essa autora, a extensão abrange a realidade presente nos diversos setores da sociedade, confrontando o que a universidade produz em termos de ensino e pesquisa com a real necessidade cultural e técnica que leva ao desenvolvimento.

A diferença entre a extensão, o ensino e a pesquisa pode ser entendida como uma atividade que sai de dentro para fora da universidade e é dirigida a universitários e não universitários, colocando-a em contato com o meio em que se insere: “A extensão serve como mecanismo para entender e melhorar a realidade no contexto social regional e atual” (BACELLAR, 1969, p. 43).

Nos encontros nacionais e regionais de Pró-Reitores e Coordenadores de Extensão das universidades públicas, realizados em 1987 e 1988, várias foram as expressões terminológicas empregadas para conceituar extensão, como, por exemplo, “um mecanismo que a universidade se utiliza para fazê-la chegar à plenitude de seu papel social”; ou como “articuladora do ensino e da pesquisa”; ou ainda como “oportunizadora da prática social”. Os vários documentos resultantes desses encontros reconhecem a extensão como a mola propulsora de transformações da prática acadêmica.

Não há muito avanço conceitual da extensão. Muitas vezes, nota-se que não é totalmente clara a delimitação conceitual desta atividade. As fronteiras operacionais entre o ensino, a pesquisa e a extensão ficam difusas, haja vista que os documentos citados anteriormente colocam a extensão como “... atividade acadêmica regular do discente...”, o que demonstra a dificuldade de se delimitar a fronteira existente entre ensino e extensão.

GURGEL vê a extensão como “... espaço facilitador de estabelecimento de uma ligação com a classe trabalhadora, que permita um intercâmbio de

conhecimentos, no qual a universidade aprenda a partir do saber popular e assessore as populações no sentido de sua emancipação” (1986, p. 169).

No 1º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS), realizado em Curitiba, no período de 7 a 9 de agosto de 1983, a extensão universitária foi vista como uma forma mais aberta de participação com a comunidade, dando oportunidade para que essa comunidade atue como co-responsável na construção e evolução da vida social, mas cobrando dela a garantia da continuação dos trabalhos realizados. Também foi entendido que a comunidade, sendo co-responsável, permite à universidade uma retroalimentação no ensino. Dessa forma, a extensão universitária funciona como uma metodologia aplicada ao ensino e à pesquisa e como um fator de educação dentro do processo ensino-aprendizagem.

Para Walter Antonio BIANCHINI - Pró-Reitor de Extensão na UFSM, a extensão é a “... forma de ensino inter-relacionada com a comunidade, de maneira a realimentar o sistema e acelerar os processos de desenvolvimento”(SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO SUL, 1983).

Não há como isolar a extensão da comunidade, uma vez que ela está diretamente ligada à função social da universidade, influenciando e realimentando o ensino e a pesquisa, por meio de intercâmbio, forma e espaços definidos.

Presentemente, o meio universitário está preocupado em redefinir a extensão, como forma de se afirmar no cenário universitário e como processo educativo que, segundo GURGEL: “... poderá redundar em práticas efetivamente integradoras da

docência e da investigação, com realidades sociais mais amplas” (BRASIL, SESu/MEC, 1979, p. 3).

O desenvolvimento da prática extensionista tem demonstrado que esta atividade ainda se restringe a nível interno das universidades. Para que atinja as dimensões que lhe são próprias, é preciso que ela saia das fronteiras acadêmicas, para instalar-se definitivamente como forma de atender às necessidades da comunidade externa.

2.2 - A EXTENSÃO NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

A primeira referência que se tem em artigos legais sobre a extensão universitária, é de 1931, com o Decreto nº 19.851. Contudo, somente passou a constar na legislação que rege o ensino universitário na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, sancionada em 20 de dezembro de 1961, na qual, embora tenuamente consta:

Art. 69 - Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos:

a) graduação

b) pós-graduação

c) especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino, abertos a candidatos com preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos.

O Decreto-Lei nº 252/67, que completou princípios e normas para as universidades federais, traz, no art. 10: “A universidade, em sua missão educativa, deverá estender à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes”.

Este artigo caracteriza a extensão como nacional, desvinculando-a dos parâmetros norte-americanos, mas tem a categoria de serviços prestados à comunidade, entendendo-se, assim, um sentido assistencialista.

Na Lei nº 5.540/68, que fixou as normas para o ensino superior, em seu art. 17, consta:

Nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior poderão ser ministradas as seguintes modalidades de curso:

- a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente e tenham sido classificados em concurso vestibular;*
- b) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação que preencham as condições presentes em cada caso;*
- c) de especialização e aperfeiçoamento, abertos à matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação ou que apresentem títulos equivalentes;*
- d) de extensão e outros, abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos.*

E em seu art. 20, recolhe o que já constava no Decreto-Lei nº 252/67, já mencionado, com pequena alteração na forma da redação: “As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e o resultado de pesquisa que lhe são inerentes”.

O art. 25 define quem deve ministrar a extensão, esclarecendo que devem ser as universidades e os estabelecimentos isolados.

O art. 40, dessa mesma lei, trata do corpo discente nas atividades de extensão, proporcionando-lhe oportunidades de participação em programas considerados como de melhoria das condições de vida, assegurando-lhe meios para a realização de programas e estimulando atividades que visem à formação cívica.

Para GURGEL, o conteúdo destas alíneas dá margens a errôneas interpretações sobre a atividade: "... o conteúdo das demais alíneas do Artigo 40, em termos práticos, foi associado com o conteúdo das demais alíneas, o que levou à interpretação do relacionamento da extensão com atividades cívicas e desportivas ou ações culturais e artísticas, completamente desligadas da atividade acadêmica" (1986, p. 84).

Corroboram com esta idéia os Decretos 869/69 e 68.065/71 do Conselho Federal da Educação quando tratam da Disciplina de Educação Moral e Cívica, ao definir o seu objetivo: "... a formação de cidadãos conscientes, solidários, responsáveis e livres, chamados a participar no imenso esforço e desenvolvimento integral que nossa Pátria empreende".

Com estes dados, percebe-se que mesmo a legislação específica dá pouca importância à extensão. Segundo FÁVERO, as atividades de extensão "Não se acham obrigatoriamente vinculadas por lei, especificamente, a nenhum dos órgãos que compõem a estrutura universitária" (1977, p. 85).

Numa demonstração de esforço para serem desenvolvidas atividades de extensão universitária, o Ministério da Educação e do Desporto criou uma coordenação especial para tratar de assuntos referentes a essa função – a CODAE – Coordenação de Atividades de Extensão.

Na Universidade Federal do Paraná, esse esforço motivou a Resolução nº 24/93 - CEP, que conceitua, dá competência e estabelece normas para o funcionamento da extensão universitária. A Resolução encontra-se no anexo nº 1 deste trabalho. O detalhamento sobre a extensão universitária na UFPR será visto posteriormente.

2.3 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EXTENSÃO

Segundo Maria de Molina Garcia VALENZUELA, citada por TOALDO, “a universidade repousa sobre um tripé iniludível, base de todas as suas atividades”: docência, investigação e extensão. As duas primeiras como funções clássicas e a terceira, moderna. Afirma ainda que a instituição de ensino, por ser distanciada da política e de suas mutações freqüentes, encontra-se em condições privilegiadas, goza de mais autoridade e do respeito necessário, para “responder melhor a essa demanda da comunidade, em forma permanente e não esporádica; em forma programada e não improvisada; em forma ampla e não restrita”. E ainda, que ensino, pesquisa e

extensão devem merecer igualdade de tratamento, se a universidade quiser manter-se equilibrada em meio à mutabilidade da sociedade contemporânea (1977, p. 50).

No Brasil, a extensão surgiu como ensino de massas e fez parte do movimento de instalações das universidades neste país. Em 1900, Elyzio de Carvalho, engajando-se no movimento social da época, passou a freqüentar centros operários, a realizar conferências, fundar periódicos e revistas, chegando mesmo a criar uma universidade popular com o objetivo de empreender a instrução superior e a educação social do proletariado.

A 5 de abril de 1911, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República pelo Decreto nº 8.659, que instituiu o ensino livre. Como isto ocorreu na administração do ministro do Interior Rivadávia Correia, essa lei passou a ser conhecida como “Reforma Rivadávia Correia”. Assim, surgiram as universidades livres no Brasil, como a do Amazonas, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, precursoras do ensino universitário em nosso país.

Em 1912, por influência do médico Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães, é fundada a Universidade Livre de São Paulo, uma universidade popular mas com estrutura vinculada ao sistema de ensino superior. Suas características coadunavam-se mais com atividades de extensão universitária, que propriamente com a instrução universitária, uma vez que o seu objetivo mais premente era o de dar atendimento às necessidades das populações menos favorecidas.

Com essas características, a Universidade Livre de São Paulo ministrou mais de uma centena de cursos de extensão.

FAGUNDES, assim se refere a essa Universidade:

Esta primeira experiência traz consigo uma característica que, constantemente será encontrada nas práticas extensionistas posteriores. Os promotores da extensão, partindo da premissa de que os destinatários são incapazes de identificar as suas necessidades e encaminhar os seus problemas, passam a selecionar e programar atividades que pouco ou nada tem a ver com as condições objetivas da vida das populações que pretendem ajudar (1986, p. 42/43).

A universidade popular de São Paulo promovia cursos sobre os mais variados assuntos e deles participavam quem desejasse. No entanto, não se constituía de unidades com estrutura universitária, uma vez que era destituída de corpo docente e discente próprios.

Foi nessa Universidade que se definiu a primeira formulação extensionista do país: os cursos de extensão. GURGEL comenta: "... ainda hoje os cursos de extensão continuam sendo a prática extensionista mais conhecida e difundida nacionalmente" e observa que esses cursos "... na maioria das vezes são totalmente assistemáticos e não despertam qualquer interesse nas populações de um modo geral" (1986, p. 35).

O Manifesto de Córdoba, na Argentina, em 1918, refere-se à extensão universitária como forma de projetar a cultura universitária para o povo e preocupar-se mais com os problemas nacionais, fortalecendo, assim, a universidade. Mesmo com caráter mais reformista do que transformadora da sociedade, a Proposta de Córdoba abriu um espaço para uma universidade mais crítica. Esta proposta

ultrapassou as fronteiras da Argentina e foi retomada pelos estudantes brasileiros 20 anos depois.

A partir do momento em que as universidades brasileiras passam a constituir uma estrutura com características de instrução superior propriamente dita, a extensão, ao lado do ensino e da pesquisa, passa a constituir função básica da universidade, mas a sua conotação é ainda assistencialista, uma vez que continua procurando dar atendimento às necessidades da população carente.

Em agosto de 1937, é criada a União Nacional de Estudantes (UNE). Em 1938, os estudantes fazem um documento definindo as funções que a universidade brasileira deveria ter. Entre elas, a de promover e estimular a transmissão e o desenvolvimento do saber e de métodos de estudo e pesquisa e a de propiciar a difusão da cultura pela integração da universidade com a camada popular da sociedade.

Podemos perceber, nessa proposta, uma ligação entre ensino, pesquisa e extensão, mais tarde reforçada pela Lei 5.540, de 1968.

Dessa forma, a universidade enquanto aparelho educacional, e a extensão fazendo parte dela, esteve relacionada às etapas de desenvolvimento do país. Assim, dois momentos importantes são detectados na busca do desenvolvimento do Brasil, os quais se refletem fortemente na prática da extensão e nos seus objetivos.

O primeiro destes momentos inicia-se na década de 30, quando a ideologia do nacionalismo-desenvolvimentista começa a proliferar, com a tomada de poder pela Revolução de 30, que levou Getúlio Vargas à presidência.

O segundo momento é posterior a este, começando com a Revolução de 1964, quando a ideologia dominante tornou-se a do desenvolvimento associado dependente, que, ao contrário da anterior, não era apoiada pela sociedade como um todo, mas por classes e frações de classes dominantes que tinham interesse na concentração do capital. Dentro desses dois momentos históricos, a extensão tomou rumos diferentes do ensino e da pesquisa, o que mais tarde se reforça na Lei 5.540, de 1968.

Na década de 30, a extensão estava presente nos discursos de intelectuais e, em 1931, foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras pelo Decreto nº 19.851, que dava ênfase à extensão. Destacam-se, neste período, os cursos noturnos para trabalhadores da Universidade do Distrito Federal, iniciativa de Anísio Teixeira.

Na década de 60, por influência das universidades populares, surge uma nova experiência de extensão: a Universidade Volante.

A primeira Universidade Volante instalou-se em Ponta Grossa, no Paraná, em 1961. Foi tamanha a expectativa, que teve inclusive a presença do então presidente Jânio Quadros (GURGEL, 1986). Foram realizados vários cursos, frequentados por 4.500 pessoas. Procurou-se, nessa ocasião, identificar problemas para os quais a universidade pudesse ajudar a encontrar soluções. Normalmente os encontros aconteciam nos finais de semana, quando os professores podiam para lá dirigir-se.

Com essa atividade, a UFPR engajou-se, definitivamente, com a extensão universitária, indo ao povo e trazendo-o para o seu convívio.

A Universidade Volante, então, era vinculada ao Departamento Cultural da Universidade Federal do Paraná. Suas atividades foram encerradas em 1970, segundo informes oficiais, pela falta de recursos financeiros para a sua continuidade.

Para TOALDO, "... se a escola deve ocupar-se com o desenvolvimento da inteligência e da vontade, com a educação física e a estética, com a religiosa e a cívica, com a saúde e até com o trânsito, por que não haveria de preocupar-se, se aspira a proporcionar uma educação integral, com a formação do sentido ou da consciência social dos seus alunos?" (1977, p. 83)

Seguindo essa idéia, na década de 60, surge o CRUTAC - Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária, cujo objetivo principal era formar recursos humanos adequados às necessidades das regiões rurais e trazer benefícios a sua população. Aos acadêmicos, a extensão procurava propiciar uma visão mais ampla da realidade social, fazendo com que, eles próprios, procurassem soluções que ao menos minimizassem um pouco os problemas dessa população.

As finalidades do programa CRUTAC foram as seguintes:

- *treinamento em áreas rurais, devidamente preparadas, de estudantes concluintes dos diversos cursos universitários, sob a forma de estágios supervisionados;*
- *prestação de serviços multiprofissionais às comunidades, visando à promoção do homem e ao desenvolvimento coletivo;*
- *integração com todos os serviços municipais, estaduais, federais ou particulares de modo a assegurar o rendimento máximo de trabalho e evitar a dispersão de recursos;*
- *dar caráter de permanência aos trabalhos, sem solução de continuidade, mediante rodízio de equipes;*

- execução de projetos específicos, de interesses local (TOALDO, 1976, p. 114).

O sucesso do CRUTAC na formação de estudantes para trabalhar em equipe multiprofissional como agentes da promoção humana foi tanto, que em pouco tempo o programa estendeu-se por muitas universidades nordestinas e propiciou a criação da CINCRUTAC - Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária, que atingia nível nacional já no ano de 1969.

A CINCRUTAC foi extinta em 1977 pelo Decreto 79.296, de 25 de fevereiro de 1977, por ter sido considerada um mecanismo de caráter transitório, e que já cumprira a função para a qual fora criado.

Entretanto, constatou-se que, na verdade, o CRUTAC estava prestando uma espécie de serviço que não estava ligada ao ensino universitário. Isto fez com que se verificasse a necessidade de sistematização das ações extensionistas. A partir dessa verificação, muitas idéias surgiram como meio de sistematização da extensão. Uma dessas foi o Projeto Rondon.

O Projeto Rondon surgiu, ainda, na década de 60, vinculado ao Ministério do Interior. Esta idéia foi apresentada no 1º Seminário de Educação e Segurança Nacional, que contou, entre outras, com a participação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, da então Universidade do Estado da Guanabara e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nessa oportunidade, foi apresentada pelo Prof. Wilson Choeri a idéia da “universidade integrada”. Ele afirmava que a universidade era considerada estratégica na geopolítica do desenvolvimento, era um

agente de mudança, cuja disponibilidade de recursos ociosos não se justificava diante dos inúmeros problemas nacionais a resolver.

A primeira atividade desenvolvida pelo Projeto Rondon foi a chamada “Operação Zero”, realizada em julho de 1967, em Rondônia, que contou com 30 estudantes de várias áreas acadêmicas. Esses estudantes foram acompanhados pelo próprio dono da idéia, Prof. Wilson Choeri, e pelo Prof. Emir Fortuna. Em suas áreas específicas, os estudantes, durante 28 dias, prestaram serviços às comunidades carentes. Ao retornar, entusiasmados com os resultados dos seus trabalhos, lançaram o lema “Integrar para não entregar”, que passaria a simbolizar a ação do Projeto Rondon em sua primeira fase.

Esse Projeto foi formalizado pelo Decreto nº 62.927/68, com a criação de grupos de trabalho que funcionavam em caráter permanente. A sede desses grupos era o Rio de Janeiro.

A finalidade do Projeto Rondon foi a de motivar a participação voluntária da juventude estudantil no processo de desenvolvimento do país. Entre os seus objetivos encontrava-se o de permitir ao estudante universitário uma vivência social com realidades diferentes das suas, proporcionando uma prática acadêmica em consonância com a realidade brasileira e promovendo, junto às populações carentes e interioranas, conhecimentos técnicos que facilitassem a entrada no mercado de trabalho.

Para GURGEL, essa experiência constituiu-se no “maior movimento de mobilização de estudantes da América Latina e, talvez, do mundo” (BRASIL, SESu/MEC, 1994).

Ao lado do Projeto Rondon, surgem os Campi Avançados, como um estágio mais maduro das atividades de extensão, para funcionarem em áreas estratégicas de interesse do Governo, com o objetivo de serem transferidos, das salas de aulas para as comunidades carentes, elementos mínimos para o desenvolvimento de atividades curriculares.

Alguns objetivos fundamentais do Projeto Campi Avançados foram o de proporcionar educação de base à população regional e o de possibilitar à comunidade atendida atividades de ensino em forma de cursos e serviços especiais, como forma de fazer chegar a universidade ao povo, contribuindo, dessa forma, para melhorar o nível de vida da população.

O primeiro campus avançado instalado foi o de Roraima, sob a responsabilidade da Universidade Federal de Santa Maria, em 1969. Em cinco anos de funcionamento do projeto, o Brasil já contava com 22 Campi, porém, segundo GURGEL: “... à medida que os campi iam sendo ampliados, cresciam as dificuldades e o discurso teórico inicial era gradativamente alterado” (1986, p. 122).

Entre as dificuldades, encontravam-se: a construção de edifícios no lugar de efetivação dos projetos, o que tornava a verba insuficiente para as atividades; os projetos iam mais de encontro aos interesses do próprio projeto ou dos estudantes do que da própria comunidade.

Um resultado positivo foi o fato de o Campus Avançado contribuir para gerar, na comunidade universitária, o entendimento da extensão como mecanismo de integração entre a universidade e a sociedade.

Dessa forma, a extensão universitária caracterizou-se como prestação de serviço, devendo-se este modelo à concepção norte-americana.

A extensão nos Estados Unidos teve duas vertentes: a extensão cooperativa e a extensão universitária. A extensão cooperativa acontece pela participação conjunta do governo federal, dos estados e das cidades e é vista como própria das universidades, como, por exemplo, programas de assistência técnica aos agricultores. A extensão universitária, interpretando a idéia de GURGEL (1986), surgiu a partir da atividade de alguns professores que desenvolviam trabalhos de educação de adultos e depois a instrução por correspondência. Esta última, com o tempo, foi perdendo a idéia de educação supletiva e foi assumindo caráter de profissionalização regular.

O modelo norte-americano de extensão pode ser notado na criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, em 1920. Nesse ano, foi realizada a Primeira Semana do Fazendeiro, que é a primeira forma sistematizada do modelo de prestação de serviço preconizada por esse modelo.

Atualmente, a extensão universitária praticada no Brasil é o reflexo de todas as tentativas anteriores. Na grande maioria das universidades brasileiras, ainda se luta para institucionalizá-la.

É interessante transcrever a periodização da extensão universitária no Brasil, apresentada por GURGEL:

- a) *Período das Experiências pioneiras: a Universidade Popular da Universidade Livre de São Paulo; as experiências das Escolas de Agronomia de Lavras e Viçosa.*
- b) *Período dos Discursos sobre a extensão e do estabelecimento das primeiras legislações - Estatuto das Universidades Brasileiras (anos 30 especialmente).*
- c) *Período do Extensionismo como bandeira de luta no Movimento Estudantil e das práticas surgidas por iniciativas dos discentes (1938-1964).*
- d) *Período de Incorporação do Extensionismo às Políticas Sociais do Estado e de institucionalização da extensão na estrutura das universidades (1964 a 1979), principalmente - é o momento em que o Governo Federal, a partir do MEC e de outros Ministérios, cria mecanismos e programas de fomento a extensão.*
- e) *Período do 'Assumir' institucional da extensão, por parte de universidades (1980-1986) - muitas universidades passaram a desenvolver atividades criadas por sua própria iniciativa, ampliando-se a participação de docentes.*
- f) *Período do 'Novo Assumir' da extensão em uma dimensão nacional, a partir da constituição do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e da criação do Programa de Fomento à Extensão Universitária, por parte do MEC (a partir de 1987) (1994, p. 7).*

Apesar de a extensão passar a ser obrigatória, como consta nos arts. 20 e 40 da Lei 5.540/68, sua indissociabilidade do ensino e da pesquisa continua imprecisa nos meios acadêmicos.

2.4 - A PRÁTICA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA HOJE

Há duas preocupações fundamentais relacionadas à extensão: a primeira é fazer com que perca a conotação de assistencialismo; a segunda, existente na universidade, é a sua articulação com o ensino e a pesquisa. É dessa articulação que, por meio da atividade acadêmica, a universidade formará o aluno, não só numa profissão, mas, principalmente, irá ensiná-lo a ser um cidadão preocupado com a transformação da sociedade.

Desde 1973 foram sentidas as dificuldades para sistematizar a extensão universitária como meio de associar a teoria à prática e de torná-la o elo de ligação da universidade com a comunidade, sem, necessariamente, atuar como assistência social. Já naquela época pretendia-se que a extensão universitária fosse valorizada no âmbito interno das instituições de ensino superior, onde seriam formados cidadãos mais conscientes e aptos para atuar na realidade social e, pois, considerar a extensão elemento indissociável do ensino e da pesquisa (BACELLAR, 1989).

As atividades do Projeto Rondon e dos Campi Avançados fizeram com que a extensão fosse confundida com assistencialismo e até mesmo com paternalismo. Por isso, o Ministério da Educação e o Ministério do Interior criaram, em 1974, uma Comissão Mista, presidida pelo Prof. Roberto Mauro Gurgel Rocha, que expôs sua preocupação para com a má interpretação dada à extensão, em cuja interpretação entendia-se a extensão como pura assistência social. Com serviços e cursos esporádicos, era fácil entendê-la dessa forma. A sua institucionalização facilitaria a

compreensão de que ela seria uma forma de estender à comunidade os cursos e serviços inerentes à própria universidade.

Ainda hoje a sistematização da extensão nas universidades não é muito clara. As recomendações incidem sobre a questão do espaço institucional-estrutural e ela permanece como no início de sua implantação, na época do projeto Campus Avançado. Até o presente momento não surgiu nenhum mecanismo que integrasse a extensão na universidade com o mesmo peso com que atuam o ensino e a pesquisa.

Mesmo entre os estudantes a compreensão da extensão é confusa nos dias de hoje. Alguns professores que têm disponibilidade e mesmo disposição também pouco aderem às atividades de extensão. As pró-reitorias têm dificuldades com os poucos recursos para seus projetos de extensão.

BACELLAR afirma que até mesmo livros e artigos sobre o tema são escassos. O que se encontra são estudos daqueles que buscam uma reflexão séria sobre a extensão.

O planejamento da extensão nas universidades também não tem merecido a devida atenção. Tal planejamento deve ter a conotação de atitude, ato da universidade, por isso deve ser feito no departamento acadêmico, que é a menor fração representativa da universidade e centralizador das três funções: ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, percebemos que a integração da trilogia funcional da universidade tem sido motivo de preocupação no meio acadêmico, mas é o papel da

extensão que tem suscitado maior debate. Nesse sentido, vários autores, professores e autoridades educacionais têm-se pronunciado.

O consenso entre eles é de que a extensão tem o papel principal de alimentar o ensino e a pesquisa, consideradas as funções essenciais da universidade. Muitas vezes, a universidade acaba por desempenhar um papel de mera “fábrica de diplomados”, de produtora de mão-de-obra qualificada, deixando de contribuir para a instauração de uma sociedade mais habitável e mais humana. Se o estudante soubesse o quanto a extensão poderia contribuir para a formação geral e integral, no ganho de experiências, de crescimento pessoal e de enriquecimento humano, com certeza, passaria a exigir maior participação na extensão universitária.

Considerando a universidade como a alavanca do progresso, a extensão deve ser colocada a serviço da comunidade, aproveitando as idéias dessa comunidade, numa forma de integrá-la ao meio acadêmico.

SILVEIRA comenta:

Embora aparentemente a lei abra, por meio da extensão, a brecha para a universidade sair da redoma, algumas determinações e diretrizes ou mesmo a própria expansão do caráter burocrático bloqueiam uma atuação no sentido de deixar de atender à minoria para atender à maioria [...]. Colocam-se como relevantes o conhecimento e a discussão em torno da temática de extensão e de projetos a ela correlatos, considerando-se a possibilidade de contribuir no debate sobre o compromisso social da universidade, que tanto tem inquietado educadores, cientistas sociais e interessados em geral no redimensionamento da política educacional no Brasil. [...] a centralização burocratiza a universidade, impede que ela tente experiências, já que se tornam irrealizáveis em qualquer nível desde que um órgão controlador atue de forma rígida. Uma das decorrências é a defasagem existente e inegável entre a ‘teoria’ e a ‘práxis’ universitária, e da qual decorre a perda do

grau de consciência dos nossos problemas, e no embotamento do potencial criativo para as suas soluções (1987, p. 39-40).

Se a universidade permanecer numa redoma, permanecerá também longe da realidade social, afastada de sua comunidade e de seus problemas. É preciso mudar a política universitária e saber aproveitar a prática extensionista, para trazer a comunidade para dentro da universidade, tornando-a participativa e co-responsável pela sua existência, ao mesmo tempo exigindo dela os resultados e continuação das atividades. É dessa forma que a extensão pode afirmar-se como função-fim da universidade.

As constantes reuniões, seminários e tantos outros eventos são uma prova de que a extensão tem merecido a preocupação das autoridades acadêmicas, no sentido de afirmar sua presença no cenário educativo nacional.

Interpretando a idéia de GONÇALVES (1972), as três funções universitárias são inerentes. Não pode haver ensino e pesquisa sem um compromisso extensionista. Uma universidade não se projeta até a comunidade simplesmente sob a forma de cursos e serviços. Mais que o ensino e a pesquisa, a extensão deve influir na comunidade.

O compromisso da universidade com o meio em que ela se insere é atendido principalmente por meio da extensão, levando-a para fora das suas fronteiras físicas, colocando-a frente à realidade social, produzindo e aprimorando conhecimentos.

O exercício desse conhecimento suscitará a pesquisa e se refletirá no ensino, demonstrando, dessa forma, a indissociabilidade das três funções.

Segundo CASSIMIRO (citada por BACELLAR, 1989), a extensão universitária está apoiada em dois vértices importantes. O primeiro diz respeito ao aspecto filosófico-cultural, que coloca a extensão no próprio conceito de universidade. O objetivo da extensão deve estar implicado nos próprios objetivos dos cursos oferecidos e não de forma estanque, separado do ensino e da pesquisa.

O segundo é o aspecto político-social, no qual a universidade, gradativamente, assumiria a responsabilidade de comandar o processo social. Com isso, entendemos que a prática da extensão facilitaria esse comando, pois, ao detectar as necessidades, daria os rumos necessários ao processo de desenvolvimento.

A universidade não pode simplesmente apresentar-se como um lugar de transmissão do saber. Ao contrário, deve apresentar-se como um lugar crítico e questionador do saber, um lugar onde se discute a cultura e se projetam os rumos da cultura nacional.

Deve erradicar a conotação de assistencialismo para plantar a idéia de um serviço co-participativo com vistas ao desenvolvimento social, interligada ao ensino e à pesquisa, de modo a completá-los.

A educação não pode estar desligada da realidade do homem e do seu contexto social, mas não é por meio do assistencialismo puro que se conseguirá transformar essa realidade.

BACELLAR (1989) aponta que a escassez de recursos financeiros e a consideração da extensão como ação paralela ao ensino e à pesquisa por parte de

algumas instituições têm levado a extensão a um considerável descrédito por parte da comunidade. Na extensão, a comunidade se comporta como um laboratório no qual os fenômenos trabalhados são vistos como forma de realização da pesquisa e do ensino.

Uma das grandes dificuldades para a real articulação da extensão com o ensino e a pesquisa são as influências políticas. Projetos desenvolvidos junto a órgãos públicos, muitas vezes deixam-se levar por objetivos interesseiros, transformando a extensão em assistencialismo.

Para SILVA, o entendimento da extensão como atividade assistencialista está fortemente presente em projetos vinculados à saúde:

Os hospitais universitários que deveriam servir como centros de pesquisa, servem muitas vezes aos propósitos para os quais foram criados os hospitais da rede pública de saúde, fazendo assim um serviço que não lhes cabe, e deixando de cumprir com a educação sanitária da população, e com uma boa preparação dos profissionais da área. [...] este assistencialismo é ainda acentuado pela distribuição de medicamentos e alimentos (1991, p. 52).

Por muito tempo a universidade só se preocupou com o ensino, como mera “fábrica de diplomas”. Depois, houve o implemento da pesquisa, que chegou mesmo a se apresentar como um modismo. Hoje, essas duas funções encontram-se consolidadas como funções básicas da universidade, no entanto, não realizam o que cabe à extensão. A extensão surge para realizar o que essas outras funções não conseguem fazer e é tempo de implementá-la. Não se justifica uma universidade apenas como extensão, mas ela deve ser encarada como uma função que muda a

postura do ensino e da pesquisa, socializando os seus benefícios. Afinal, é a própria sociedade que legitima a universidade. A socialização dos benefícios deveria constar como pura obrigação da universidade.

A extensão universitária teve avanços no plano conceitual, mas na prática não chegou a ser mais que uma reprodução do processo de difusão convencional, em que a comunidade e o povo não passam de simples receptadores. Esta distorção se confirma na fragilidade do ensino e no pequeno número de pesquisas realizadas pelas universidades e, ainda, na forma de realizar a extensão universitária, geralmente como prestação de serviços sociais.

A extensão dá oportunidade a que o aluno mantenha contato com a comunidade, vivencie situações que o levarão a tomar atitudes próprias, muitas vezes não concordantes com as atitudes dos seus professores.

Não se pode, porém, exigir que todos os professores se dediquem à prática da extensão. É preciso que eles tenham vocação para isso, o que se manifesta por meio da aceitação de convivência com realidades diferentes das suas e conseguir extrair, dessas realidades, novos objetivos para as funções de ensino e pesquisa. Se a universidade permanecer, porém, apenas entre seus muros, não terá condições de buscar as necessidades sociais e nem ao menos despertar seus professores e acadêmicos, que continuarão nas salas de aula transmitindo e recebendo teorias distantes do real, o que distancia mais ainda a universidade da prática da extensão. Fazer extensão é desenvolver programas voltados para as necessidades sociais, o que torna professores e alunos agentes de transformação.

O desenvolvimento da extensão não se faz sob a forma de trabalho unilateral. Ele implica envolvimento de grupos de trabalho, de forma diferente com que se trabalha em sala de aula. Isto acrescenta novas experiências, tanto para o acadêmico como para o professor, aumentando-lhes o conhecimento sobre educação.

SANTOS apresenta esta definição: “Sendo pois a verdadeira Educação um ato de comunicação característico do homem, ela tem na palavra não somente o meio para que ocorra o diálogo, mas a sua própria essência, na medida em que nos lembremos de seus elementos constitutivos: ação e reflexão” (1986, p. 43)

A comunicação é o principal elemento da prática de extensão, mas é preciso entender que comunicação não se traduz apenas pelo falar. É preciso saber ouvir, dialogar. Só assim será possível tomar conhecimento da realidade social.

Entretanto, a preocupação com a forma da extensão traduziu-se em algumas ações, tanto por parte da própria universidade como de outros órgãos, na forma de seminários, reuniões ou constituições de novos departamentos para tratar exclusivamente desse assunto. Pode-se citar, como exemplo, a criação da CODAE junto ao Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e do Desporto.

A CODAE - Coordenação de Atividades de Extensão foi instituída pela Portaria nº 289, de 16 de maio de 1974, com a finalidade de estudar e propor medidas que visem a um inter-relacionamento dos Programas CRUTAC/MEC e Campus Avançados/Minter, e levou o MEC a assumir uma responsabilidade mais

ampla em relação à extensão, coordenando nacionalmente tudo o que dissesse respeito a essa função.

No que se refere a seminários sobre essa temática, a exemplo de todo o Brasil, realiza-se, anualmente, um “Seminário de Extensão Universitária da Região Sul - SEURS”. Teve início em 1983, em Curitiba. Numa palestra realizada nesse Seminário, REIS enumerou algumas dificuldades da extensão, no sentido de transformar as relações entre a universidade e a sociedade:

- 1) *Falta de tradição de um efetivo trabalho integrado entre diferentes órgãos e instituições, que têm se constituído, ao longo do tempo, uma das características de administração pública no país, e que apresenta uma incidência acentuada na vida das universidades.*
- 2) *A inexistência, muitas vezes, de uma definição política a nível das universidades e outros setores interligados à educação, no sentido de se dar respaldo institucional à relação interativa-transformativa entre universidade/comunidade.*
- 3) *A burocracia, a tendência à acomodação, a rotina exacerbada, a resistência à mudança, a morosidade dos fluxos administrativos.*
- 4) *O caráter, muitas vezes, exclusivamente assistencialista e paternalista de determinadas ações realizadas para a comunidade e não com a comunidade.*
- 5) *A realização de ações marcadamente reforçadoras e estimuladoras da dependência da comunidade e agentes que lhe são externos.*
- 6) *A descontinuidade ou interrupção de ações junto à comunidade, e dentro da própria Instituição de Ensino Superior, por falhas de planejamento, ausência de recursos, mudanças de administração ou outras razões.*
- 7) *A compreensível, explicável, mas não aceitável execução de ações diversional cultural, de difusão de conhecimentos de prestação de serviços, relevantes ‘em si’, mas indevidamente denominadas ‘Atividades de Extensão’ face à sua sistemática permanente desvinculação (SEURS, 1983).*

Se estas barreiras forem quebradas, o desenvolvimento de programas de extensão mostrará à universidade as modificações que ela própria precisa sofrer.

A administração universitária também precisa ser modificada, de tal forma, que a extensão se torne motivadora do ensino. Esta preocupação tem sido demonstrada nos seminários realizados atualmente.

A nível de ação, em 1993, foi criada uma Comissão de Extensão com representantes da Secretaria de Educação Superior - SESu e do Fórum de Pró-Reitores de Extensão. Tinha caráter deliberativo, para uma análise mais criteriosa das propostas das Instituições de Ensino Superior - IES. Foi constituído, também, um Comitê de Extensão, como assessor, formado por especialistas indicados pela SESu e pelo Fórum e cujas funções foram: analisar as programações enviadas pelas IES; emitir parecer técnico recomendando ou não a locação dos recursos financeiros do MEC; sugerir formas de acompanhamento, continuidade ou suspensão do apoio financeiro; subsidiar a Comissão de Extensão na análise dos relatórios dos programas aprovados.

Ainda em 1993, a SESu/MEC criou um Programa de Fomento à Extensão Universitária, como parte integrante da política global de ensino superior desenvolvida pela Secretaria de Educação Superior do MEC, e estruturado pela parceria que se consolidou entre Universidade e SESu.

Nesta perspectiva, a SESu/MEC, por meio da Portaria nº 265, de 01/08/94, criou a Comissão Nacional de Extensão, constituída pelos dirigentes do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas e coordenada

pela SESu. Coube à Comissão Nacional estabelecer as diretrizes e viabilizar a implementação do Programa de Fomento à Extensão Universitária. Concomitantemente, foi criado o Comitê Assessor responsável pelo julgamento dos projetos apresentados ao MEC e também com a função de assessorar à Comissão Nacional.

anál O Programa de Fomento à Extensão objetivamente visou à integração do ensino e da pesquisa com as demandas sociais em todos os seus segmentos - sindicatos, órgãos públicos, empresas, categorias profissionais, associação de moradores e outros organismos.

199 Como resultado, cerca de 70 universidades públicas, em 1993 e 1994, tiveram seus projetos de extensão aprovados e financiados pela SESu.

enc Mais do que o volume de recursos destinados ao Programa, a importância desta iniciativa está no reconhecimento institucional da extensão como prática acadêmica essencial para o dinamismo da vida universitária.

ext O investimento da Secretaria de Educação Superior do MEC em tais programas demonstra um entendimento de que está contribuindo para o aprimoramento da universidade brasileira e, principalmente, que a articulação entre teoria e prática é uma necessidade crucial para a universidade competente e socialmente compromissada.

de A extensão como prática acadêmica nas universidades suscitou uma linguagem comum que, ao tornar-se imperativa, fez com que a Comissão Nacional de Extensão criasse uma base de dados que delineasse o perfil desta prática

extensionista nas IES do país. Desta forma, pesquisadores, profissionais e gestores puderam aprofundar o debate acadêmico e a definição conceitual da extensão. Desta iniciativa surgiu um relatório com dados coletados no ano de 1993 por meio de questionários padronizados e estruturados de 632 IES.

Mesmo sendo uma iniciativa inédita, de imediato ainda não permite uma análise global que possa servir de diagnóstico preciso das ações extensionistas praticadas pelas IES envolvidas no processo. A análise, segundo o parecer da comissão, deve partir do interior de cada uma das instituições por meio da crítica e do exame da validade dos indicadores de eficiência, eficácia e efetividade (BRASIL, 1994, p. 8/9).

Para finalizar este capítulo, é interessante expor algumas dificuldades encontradas, ainda hoje, para uma verdadeira prática da extensão universitária, dificuldades estas levantadas nos Seminários realizados sobre o tema.

O pequeno número de alunos e professores envolvidos com atividades extensionistas no sul do país é uma dificuldade a ser superada. Isto demonstra o quanto a extensão ainda não foi compreendida e como a universidade ainda permanece dentro de suas próprias fronteiras, impedindo a comunidade de nela participar e alienando-se dos processos de desenvolvimento social.

A baixa frequência de professores e acadêmicos em programas de extensão demonstra também que os programas que são desenvolvidos não encontram eco dentro da universidade, pois, se encontrassem, motivariam o desenvolvimento de novos programas e incentivariam maior participação.

Para mudar esse estado de coisas seria preciso que as universidades saíssem de seus muros, sensibilizando alunos e professores para a realização de novos programas articulados com o ensino e a pesquisa, de modo que se conseguisse mudar o espírito vigente de que a universidade é uma redoma da qual se extraem conhecimentos.

Entre os objetivos de novos projetos poderiam constar a integração entre os vários setores de ensino universitário e levar acadêmicos e professores a manter contato diário com a comunidade e com os problemas que requerem soluções:

Vale ressaltar que a possibilidade concreta de avançar na relação ensino/ extensão só se dará quando a universidade admitir que institucionalmente deve privilegiar ações com alto grau de articulação, tendo como parâmetros critérios rigorosos de avaliação interna e externa, e passar a incrementar as mudanças que inevitavelmente devem suceder a projetos de verdadeira articulação (GUIMARÃES, 1994, p. 5).

Dessa forma, a valorização da extensão como função básica da universidade, sem a conotação de assistencialismo, poderá ser sentida, possibilitando a criação de novos espaços de trabalho interdisciplinar, envolvendo, efetivamente alunos e professores, e derrubando barreiras para a participação da comunidade em suas atividades.

É preciso fazer com que a extensão seja um veículo de transformações e que consiga igual ritmo de desenvolvimento, com o que se modificará a nossa sociedade, nos dias atuais.

3º CAPÍTULO - A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

3.1 - HISTÓRICO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

A palavra “extensão” aparece pela primeira vez nos estatutos da Universidade Federal do Paraná, em 1952, no seu art. 28: “Os cursos de Extensão destinar-se-ão a difundir conhecimentos, técnicas e terão duas modalidades: extensão popular e atualização cultural” (Apud BACELLAR, 1989, p. 95).

Nos anos seguintes, ganha espaços na própria estrutura da universidade, cabendo ao Conselho Universitário resolver os assuntos pertinentes à extensão. Entretanto, as atividades não passavam de cursos avulsos. Um avanço significativo foi o relacionamento da universidade com o mercado de trabalho em decorrência do qual se procurou realizar cursos de atualização cultural, iniciativa esta que contava com a colaboração de empresas.

Em 1956, a extensão na UFPR ganha definição estratégica, estabelecendo-se políticas de atuação e especificando-se as condições de admissão aos cursos ministrados.

Em 1961, a UFPR é pioneira no desenvolvimento de uma atividade extensionista, que fez parte da política nacional da educação: a Universidade Volante. Estabelecida primeiramente em Ponta Grossa, foi vinculada ao Departamento Cultural da Universidade. Nos anos seguintes, atingiu os municípios de Londrina, Maringá, Jacarezinho, Paranaguá, Cascavel, Paranaíba e Campo Mourão e serviu como inspiração à criação de faculdades locais, como a de Ponta Grossa e a de Londrina. Esta experiência foi encerrada em 1970 por falta de recursos financeiros, mas serviu de fonte de inspiração ao Projeto Rondon, conforme depoimento do próprio idealizador daquela atividade, Prof. Wilson Choeri: “... pesquisando, fazendo uma autocrítica, verifiquei que muitas das coisas que pensei em relação ao Projeto Rondon, eu as hauri da famosa experiência de universidade volante” (Apud GURGEL, 1986, p. 59).

A UFPR participou de todos os movimentos extensionistas das universidades públicas brasileiras, como o CRUTAC, Projeto Rondon, Campus Avançado (criado em 1972 com atuação em Imperatriz, no Maranhão), Operação Oswaldo Cruz do Ministério da Saúde, entre outros.

Na década de 70, a UFPR, por meio das atividades de extensão, procurou atender às políticas nacionais voltadas ao trato da pobreza: “É a ideologia do desenvolvimento da comunidade no atendimento às populações carentes, por meio de ações integradas do Governo Federal...”, afirmam as professoras KERSTEN e HEEMANN (Cadernos de Extensão, 1991).

Acompanhando o modelo extensionista que na década de 80 discute o papel da universidade pública frente ao seu compromisso social, a UFPR procurou resgatar a importância da extensão universitária abrindo maior espaço às atividades de extensão.

Em 1986, redefine sua política de extensão “... comprometida com a sociedade e com o processo ensino-aprendizagem [...] voltada para a transformação social que implique na melhoria das condições de vida da população” (KERSTEN e HEEMANN, Cadernos de Extensão, 1991).

Passa, então, a compreender a extensão como “... o processo educativo cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (Cadernos de Extensão, 1991).

Para o desenvolvimento dos projetos de extensão, a UFPR adotou os seguintes critérios:

- necessidade de ter clareza do público a que se destina;
- voltar as ações preferencialmente para a maioria da população, dos quais mais se exige em termos de cobrança de impostos e taxas;
- vinculação da extensão com as atividades de ensino e pesquisa de forma mais efetiva na medida em que tais atividades estejam cada vez mais vinculadas às necessidades da sociedade em que se insere;

- a contrapartida das outras instituições envolvidas deve se revestir de um duplo objetivo, tanto ampliar as possibilidades financeiras quanto romper com a postura assistencialista: sujeito x objeto para uma relação sujeito x sujeito, co-responsáveis pelo processo;
- determinar os limites e possibilidades da extensão no processo de transformação social.

O desenvolvimento das atividades foi postulado seguindo a duas dimensões de extensão: “*stricto sensu*” e “*lato sensu*”.

No primeiro caso, o trabalho encontra-se voltado a segmentos organizados da sociedade, objetivando a ação transformadora e contemplando as seguintes dimensões:

- envolvimento de professores e estudantes;
- articulação com o ensino, especialmente na graduação;
- previsão, de alguma forma, de ações de pesquisa;
- colaboração na transformação da sociedade, por meio de formas diretas de atuação;
- envolvimento interdepartamental e/ou intersetorial;
- atuação junto a movimentos e organizações da sociedade civil;
- envolvimento de outras instituições públicas e/ou privadas.

No segundo caso, as atividades envolvem a transmissão de conhecimentos e de novas tecnologias às comunidades, por meio de:

- cursos de extensão;
- atividades de integração da universidade com o ensino de 1º e 2º graus;
- assessoramento a organizações da sociedade civil no desenvolvimento de projetos;
- prestação de serviços à coletividade;
- repasse de experimentos ou de resultados do avanço tecnológico a diferentes instituições da sociedade civil.

Uma vez definidas as políticas e os objetivos da extensão, a UFPR colocou-se em ação, procurando envolver todos os seus 67 departamentos no desenvolvimento de atividades de extensão, de forma efetiva e buscando sempre a indissociabilidade da extensão com o ensino e a pesquisa. Essas atividades se deram em forma de programas, projetos, eventos e cursos.

Em 1986, a UFPR cria a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários que entre as suas competências encontra-se a gestão da extensão universitária. Desde esse ano, a Pró-Reitoria passou a publicar os “Cadernos de Extensão”, com o intuito de abrir um canal de comunicação com a comunidade acadêmica. No primeiro Caderno, procedeu-se a um levantamento das atividades de extensão, pouco desenvolvidas até

essa data e estabeleceram-se as limitações institucionais que dificultavam a execução dos programas de extensão por parte da UFPR.

A partir dessa data, a UFPR sistematizou a operacionalização dos projetos de extensão e criou a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEC, que procura articular as atividades extensionistas ao ensino e à pesquisa, levando até as comunidades os possíveis benefícios trazidos pela realização de tais projetos.

Esses projetos constarão de item específico deste capítulo.

3.2 - NORMAS QUE REGEM A EXTENSÃO NA UFPR

Antes de falarmos nas normas que regem a extensão na UFPR nos dias de hoje, é interessante conferir como este tema foi tratado nos diversos estatutos e regimentos da Universidade, ao longo de sua história.

Como já mencionamos, a nível de estatuto, a extensão na UFPR aparece pela primeira em 1952, em seu artigo de número 28.

Em 1956, conforme cita BACELLAR, o estatuto sofre modificações, e a extensão ganha caráter burocrático, trazendo referências a ela a alínea “n” do art. 17, a saber: “... cabe ao Conselho Universitário resolver sobre assuntos atinentes de qualquer natureza, inclusive sobre o funcionamento e fiscalização de cursos equiparados de iniciativa da Universidade, bem como sobre medida de mandatos e Extensão Universitária” (1989, p. 96).

Novos artigos são introduzidos sobre a extensão:

Art. 30 - Os regimentos das Unidades Universitárias definirão as modalidades de Cursos de Graduação e Pós-Graduação. As dos Cursos de Extensão deverão constar dos programas anuais e serão estabelecidos pelo Conselho Universitário mediante proposta do Reitor.

Art. 34 - As condições de admissão aos Cursos de Extensão, serão definidas por instrução do Reitor em cada caso (BACELLAR, 1989, p. 97).

O Estatuto de 1969, em seu art. 98, dá abertura para a criação de novos departamentos: “A implantação de órgãos e serviços novos e as alterações nos existentes se farão progressivamente, à medida que se efetivarem as condições indispensáveis para a reestruturação determinada no presente Estatuto” (UFPR, 1969, p. 29). Esta progressão irá repercutir sobre as atividades de extensão, em 1974, quando é criado um órgão que, entre outras atividades, se responsabiliza também pela extensão.

Até 1970, os artigos referentes à extensão permanecem inalterados. Porém, neste novo estatuto, o art. 13 refere-se a “órgãos complementares”, destinados “a auxiliar as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão”. E, ainda, o art. 68 refere-se diretamente à extensão: “Os serviços de extensão, inclusive a assessoria, atenderão a consultas e compreenderão o estudo, a elaboração de projetos concernentes a matéria científica técnica e educacional, bem como a participação em quaisquer outras iniciativas de domínio científico, tecnológico, intelectual e artístico”.

Neste estatuto, a extensão passa a ser prevista nos orçamentos da universidade: art. 69: “A Universidade consignará obrigatoriamente em seus orçamentos recursos destinados às atividades de extensão, sem prejuízo dos que venha a obter de outras fontes”.

BACELLAR aponta o capítulo V, com nova referência à extensão, desta vez, em forma de atividades complementares: art. 7º - “a Universidade proporcionará aos seus alunos: a) por meio de atividades de extensão, oportunidade de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no progresso global de desenvolvimento...” (1989, p. 104).

Esse aumento gradativo da extensão dentro dos estatutos e regimentos da UFPR mostra a preocupação não só com o seu pressuposto legal, mas, e principalmente, com a difusão da extensão empreendida pela instituição.

No estatuto seguinte (1974), são acrescentados mais artigos referentes à extensão.

Art. 55: Por meio de atividade de Extensão a Universidade contribuirá para o desenvolvimento material e espiritual da comunidade.

Art. 56: Os serviços de Extensão sob forma de serviços especiais, inclusive assessoria, atenderão a consultas e compreenderão estudos, a elaboração de projetos concernentes à matéria científica, técnica e educacional, bem como a participação em qualquer outra iniciativa de domínio científico, tecnológico, intelectual e artístico (UFPR, 1974, p. 35).

No que diz respeito à clientela, consta do Parágrafo 2º do art. 62: “... são alunos especiais, com direito a certificados após a conclusão dos estudos, os que se

matricularam em cursos de especialização, aperfeiçoamento, de extensão, ou de outra natureza” (UFPR, 1974, p. 37).

No Regimento da Universidade do ano de 1974, o item 3º do Parágrafo 1º, constante do art. 31, estabelece que os Assuntos Comunitários visarão: “a) promover a extensão das atividades de ensino e pesquisa com o objetivo de contribuir para o progresso material da comunidade” (UFPR, 1974, p. 56).

O art. 40 refere-se à competência do Departamento próprio: “I - elaborar normas e trabalhos distribuídos entre seus membros os encargos de Ensino, Pesquisa e Extensão” (UFPR, 1974, p. 62).

O art. 66 deste mesmo Regimento define os cursos de extensão: “Os Cursos de Extensão serão oferecidos à comunidade com o propósito de divulgar conhecimentos e técnicas de trabalho, podendo desenvolverem-se em nível universitário ou não, de acordo com seu conteúdo e o sentido que assumam em cada caso” (UFPR, 1974, p. 73).

Estes novos artigos constituíram-se num novo conjunto de valores e levaram alunos e professores a pensarem a extensão como forma de crescimento individual, além do objetivo próprio de contribuir para o progresso material da comunidade.

Por meio desse Regimento são oficializadas quatro pró-reitorias: a PRA - Pró-Reitoria de Administração; a PREP - Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa; a PRAC - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários; e a PROS - Pró-Reitoria de Órgãos Suplementares (Art. 31).

As atividades de extensão ficaram sob a responsabilidade da PRAC.

A criação dessas novas pró-reitorias demonstram não só o crescimento da própria universidade, mas uma preocupação louvável de melhor administrá-la.

No Estatuto de 1983, a extensão passa a merecer um capítulo exclusivo, o de nº IV, e em seus artigos consta:

Art. 55 - Por meio de atividades de extensão, a Universidade contribuirá para o desenvolvimento material e espiritual da comunidade.

Art. 56 - Os serviços de extensão, sob a forma de serviços especiais, inclusive a assessoria, atenderão a consultas e compreenderão o estudo, a elaboração de projetos concernentes a matéria científica, técnica e educacional bem como a participação em quaisquer outras iniciativas do domínio científico, tecnológico, intelectual e artístico.

Art. 57 - A Universidade consignará obrigatoriamente em seu orçamento recursos destinados às atividades de extensão, sem prejuízo dos que venha a obter de outras fontes (UFPR, 1983, p. 36).

Esse Estatuto tratou de forma ambiciosa os projetos extensionistas, prevendo até mesmo o desenvolvimento espiritual dos que estivessem neles envolvidos. Esta nova postura indica o compromisso da Universidade para com suas atividades-fim, dando à extensão peso igual ao até então merecido pelo ensino e pela pesquisa. Não há dúvida que, com isto, a UFPR traça um novo perfil para as suas atividades de extensão.

No Regimento desse mesmo ano, 1983, também poucas alterações foram registradas. O art. 3º trouxe o seguinte: “As unidades setoriais serão estruturadas em departamentos, como órgãos de programação e execução das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão” (UFPR, 1983, p. 39).

De igual modo, esse Regimento traz um capítulo exclusivo para a Extensão:

CAPÍTULO V

Art. 65 - Os cursos de extensão serão oferecidos à comunidade com o propósito de divulgar conhecimentos e técnicas de trabalho, podendo desenvolver-se em nível universitário ou não, de acordo com o seu conteúdo e o sentido que assumam em cada caso.

Art. 66 - A Universidade poderá instituir outros cursos exigidos pelo desenvolvimento da cultura de interesse e necessidade local ou regional... (UFPR, 1983, p. 81).

No capítulo XIV, a seção I é também dedicada inteiramente à extensão.

DAS FINALIDADES

Art. 140 - A extensão, como atividade humanística, deve proporcionar à comunidade, conhecimentos de arte, ciência e técnica, em caráter permanente e recíproco.

Art. 141 - São finalidades da extensão:

I - colaborar por estudo, equacionamento e solução dos problemas das áreas menos desenvolvidas, contribuindo para a compensação de desequilíbrios regionais;

II - participar da tomada de consciência, formação e esclarecimento da opinião pública, no processo de desenvolvimento regional e nacional;

III - promover o levantamento do mercado de trabalho profissional qualificado na sua área de influência;

IV - orientar alunos na integração de carreiras prioritárias para desenvolvimento regional e nacional;

V - assessorar científica, educacional e tecnicamente instituições e órgãos governamentais ou privados, de âmbito local, regional ou nacional e elaborar projetos por estes solicitados;

VI - manter intercâmbio com instituições econômicas de planejamento e de pesquisa (UFPR, 1983, p. 105/106).

As seções II e III tratam respectivamente do CRUTAC-PR e dos Campi

Avançados.

Vemos nessas novas seções um avanço na filosofia da Universidade para com a extensão, uma vez que procura responder melhor ao que a comunidade espera de sua atuação.

O Estatuto de 1992, o que ainda se encontra em vigor, trouxe poucas modificações no que diz respeito à extensão. Os arts. 55, 56 e 57 permanecem com o mesmo teor:

Art. 55 - Por meio de atividades de extensão, a Universidade contribuirá para o desenvolvimento material e espiritual da comunidade.

Art. 56 - Os serviços de extensão, sob a forma de serviços especiais, inclusive a assessoria, atenderão a consultas e compreenderão o estudo, a elaboração de projetos concernentes a matéria científica, técnica e educacional, bem como a participação em quaisquer outras iniciativas do domínio científico, tecnológico, intelectual e artístico.

Art. 57 - A Universidade consignará obrigatoriamente em seu orçamento recursos destinados às atividades de extensão, sem prejuízo dos que venha a obter de outras fontes.

O contido no art. 55 do Regimento anterior passa a constar do art. 65 deste Regimento atual, sem sofrer qualquer alteração.

No que diz respeito ao aparato legal, as atividades de extensão da UFPR foram aprovadas pelo CEP - Conselho de Ensino e Pesquisa, respectivamente em 1973 (Resolução nº 12), 1981 (Resolução nº 3), 1983 (Resolução nº 83), 1988 (Resolução nº 56) e 1993 (Resolução nº 24).

Interessante referenciar a evolução do 1º artigo de cada uma dessas resoluções.

Na de 1973 - "... entendem-se como Cursos de Extensão todos aqueles programas a serviço da comunidade ou a que se destinarem a complementar o Ensino e a Pesquisa" (BACELLAR, 1989, p. 112).

Nas de 1981 e 1983, a extensão passa a ser vista "... como forma de estender-lhe o Ensino de que se ocupa, o que lhe é inerente" (BACELLAR, 1989, p. 112).

Na de 1988: o art. 1º não mais se refere ao entendimento da extensão em si, mas dá competência burocrática ao tema. "Caberá aos departamentos acadêmicos e demais órgãos da UFPR a promoção e a execução das atividades de extensão, através de programas e cursos de extensão universitária" (CEP, 1988).

Na de 1993, o art. 1º volta a referir-se ao entendimento da extensão. Por ser esta Resolução que norteia a extensão na UFPR nos dias de hoje, é interessante conhecer todo este artigo:

Art. 1º - Entende-se a extensão universitária como um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e que viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade.

§ 1º - Entende-se por atividades de extensão as ações desenvolvidas sob a forma de projetos, cursos, eventos, programas e outras ações complementares, visando:

- a) um trabalho em que a relação Universidade e sociedade passa a ser de intercâmbio, de interação, de influência e de modificação mútua;*
- b) a comunicação permanente com outros setores da sociedade e sua problemática numa perspectiva de contexto;*
- c) a formação profissional voltada às questões da sociedade;*
- d) a produção do conhecimento, do aprendizado mútuo e da realização de ações transformadoras entre Universidade e sociedade.*

§ 2º - As atividades de extensão deverão ser desenvolvidas, preferencialmente de forma multidisciplinar.

A competência da extensão na UFPR passa a constar do artigo seguinte.

A Resolução 24/93, que rege a extensão nesta Universidade atualmente, encontra-se em anexo neste trabalho.

Necessário se faz, aqui, uma nova referência no que diz respeito às normas da extensão na UFPR. Trata-se da Resolução 16/91, de 22 de agosto de 1991, que institui e regulamenta o Programa “Bolsa-Extensão”, e que tem por objetivo: “viabilizar a participação de alunos, regularmente matriculados nos cursos de graduação e dos professores no processo de interação entre Universidade e a Sociedade, por meio de trabalho sistemático que contribuía para a formação acadêmica e profissional e o exercício da cidadania, consoante com a sua área de formação”(UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 1991).

Esta Resolução também consta dos anexos deste trabalho.

Os estatutos e resoluções mencionados deram suporte legal à extensão universitária na UFPR, do que se depreende ser ela entendida como função básica da universidade, ao lado do ensino e da pesquisa.

Foram reformuladas as pró-reitorias. Como consequência, parte da PROS e parte da PRAC resultaram na PROEC- Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, que hoje se ocupa das atividades de extensão e cultura.

Quaisquer das unidades da Universidade pode propor um projeto de extensão, mas tal proposta deve ser encaminhada à PROEC, em formulário próprio, depois de ter sido dado ciência ao chefe da unidade.

Os objetivos do projeto devem ser:

... formulados numa perspectiva de planejamento democrático, devem retratar a preocupação com a participação dos responsáveis pela execução e dos que sofrerão os resultados da ação. Essa participação poderá ocorrer por consulta direta ou por sondagem de opiniões. A idéia é que quanto mais aceitável for o objetivo e quanto mais participada for a tomada de decisão, maior a probabilidade de êxito do projeto... (Proposta de Projeto de Extensão Universitária).

Ainda sobre os objetivos do projeto, eles devem ser:

- aceitáveis para as pessoas cujas ações se achem envolvidas na sua execução;
- exequíveis dentro de um tempo razoável;
- ter qualidades que motivem a população a desejá-lo e a esforçar-se para alcançá-lo;
- simples e claramente estabelecidos;
- comunicado a todos que se acham ligados à sua execução.

Depois de aprovado, o projeto passa a ser executado. Porém, a PROEC faz uma exigência fundamental: o envio de relatórios parciais, durante sua execução e um relatório final após a conclusão do projeto.

Em anexo, encontra-se modelo de “Proposta de Projeto de Extensão Universitária” utilizado pela UFPR.

O perfil traçado para a Extensão na UFPR mostra, sem dúvida, o esforço de estabelecer a comunicação da área acadêmica com a comunidade.

3.3 - PROGRAMAS E PROJETOS REALIZADOS

Desde a sua criação, a UFPR tem desenvolvido atividades de extensão. No início, limitavam-se a “serviços”, pois eram assim entendidas, principalmente na área odontológica. Depois, foi estendida à divulgação cultural e artística e, mais tarde, voltou-se para a forma de cursos avulsos.

O primeiro documento relativo à extensão na UFPR data de 1949. Trata-se de um livro de registro de certificados de “cursos especiais”, e, pela importância que mereceu, teve a sua abertura lavrada e assinada pelo próprio reitor, João de Macedo Ribeiro Filho. O segundo livro foi aberto em 15 de agosto de 1955 e é destinado ao registro dos certificados expedidos para cursos especiais pela “Seção de Cultura da Reitoria da Universidade do Paraná” (UFPR, 1955).

O primeiro projeto registrado como de extensão, desenvolvido pela UFPR, teve por título “Implantação do Programa de Controle de Saúde da Criança do Conjunto São Domingos”, em Curitiba, sob a responsabilidade do Departamento de Enfermagem e foi sua coordenadora Rosi Maria Kock.

Em 1961, é dado início ao programa “Universidade Volante”, já mencionado, e que se caracteriza como o primeiro grande projeto de extensão universitária da UFPR.

A inclusão da UFPR em projetos nacionais também é notória. Participou do CRUTAC, Projeto Rondon e Campus Avançado, entre outros.

No que se refere ao CRUTAC, a universidade estendeu seus programas ao atendimento dos municípios de “Contenda, Quatro Barras, Bocaiúva do Sul e São Mateus, com atividades nas áreas de Odontologia, Agronomia, Veterinária, Farmácia, Enfermagem e Educação” (BACELLAR, 1989, p. 139/140).

Para melhor desenvolver o Projeto Rondon, a UFPR criou um Campus Avançado em Imperatriz, no Maranhão. Aí, foram envolvidas as seguintes áreas: Jornalismo, Odontologia, Estudos Sociais, Geografia, Educação Física, Botânica, Veterinária, Engenharia, Arquitetura, Administração, Ciências Sociais e Agronomia.

Atuando também no Paraná, criou os “Campi Aproximados”, com o objetivo de desdobrar suas atividades de interiorização. Dessa forma, nasceram os “campi” de Porto Vitória, Foz do Iguaçu e Santo Antônio da Platina.

Estes programas foram finalizados em 1984, como consta no II Capítulo deste trabalho.

Desde esse período até 1986, as atividades de extensão, na UFPR, foram pouco desenvolvidas. Dentre outros, foram desenvolvidos os seguintes projetos:

- Distúrbios na Aprendizagem - Diagnóstico e Tratamento. Realizado em 1984 no Hospital de Clínicas, teve por público alvo alunos de 1º grau da Escola Estadual Conselheiro Zacarias e Escola Professor Brandão;

- Laboratório Pedagógico de Geografia. Desenvolvido em 1985, foi dirigido a professores e alunos do ensino de 1º grau das escolas municipais de Curitiba e municípios circunvizinhos;
- Araucária: Este projeto teve por clientela as creches da Secretaria Municipal da Criança, creches comunitárias e outras da região metropolitana de Curitiba e teve por objetivo básico envolver alunos e professores da universidade em programas organizados por instituições da comunidade, visando à produção e transmissão crítica dos conhecimentos, integrando recursos para melhoria da qualidade de atendimento infantil.

Em 1986, foi criada a PRAC - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, que passou a se responsabilizar pelas atividades de extensão na UFPR. Como primeira ação, esta Pró-Reitoria fez um levantamento dos departamentos que desenvolviam tais atividades.

A sistematização das atividades de extensão na UFPR, porém, só vai concretizar-se em 1990, quando, a partir de então, não mais sofrem interrupções, sendo, a cada ano, acrescidas em número e qualidade. Nesse período, foram realizadas algumas atividades nessa área, como, por exemplo, a abaixo referenciada:

1988 - Projeto “Atendimento Dietético Ambulatorial” - destinado à população usuária do Hospital de Clínicas.

Em 1989, merece maior destaque o projeto “Natural...mente”, dirigido aos pacientes do Hospital Psiquiátrico de Curitiba, que visava objetivamente despertar em tais pacientes a mobilidade físico-corporal e revitalizar o prazer por uma atividade corporal.

Em 1990, é feita uma publicação, que continha as diretrizes para a Gestão 1990-1994. Entre essas diretrizes, encontra-se:

... as ações culturais estão imbricadas às atividades básicas da Universidade — o ensino, a pesquisa e a extensão —, na recuperação e preservação do patrimônio histórico de origem comum, na defesa e preservação do patrimônio cultural e na responsabilidade de acesso à cidadania plena. As políticas culturais não podem ser encaradas como respostas burocráticas a necessidades emergenciais. Ao contrário, devem ser integrativas, projetando-se em diversos planos e ancoradas como emergenciais para as definições do planejamento global da instituição (UFPR, 1990, p. 20)

Nela consta: “A política universitária tem por fundamento o ensino, a pesquisa e a extensão e deve ser capaz de integrar a competência acadêmica com o compromisso político de discussões sobre as relações internas de poder, a gestão de recursos, a definição do tipo de conhecimento que se deseja produzir, seus objetivos e a quem ele serve” (UFPR, 1990, p. 20).

Para se colocar em prática essas políticas, a Universidade, por meio da Pró-Reitoria específica — a PROEC — necessitaria agir em dois níveis diferentes.

a) o trabalho voltado à comunidade interna, buscando a integração das diversas áreas da produção e transmissão do conhecimento, das artes, da música, do desporto, bem como da divulgação das pesquisas realizadas através da publicação de livros e da preservação da cultura material;

b) o trabalho que privilegia a ligação da instituição universitária com a sociedade (UFPR, 1990, p. 20).

Essas ações foram projetadas a nível de cursos para professores, apoio técnico-administrativo e financeiro para o desenvolvimento de atividades de extensão, elaboração de projetos de extensão universitária, multidisciplinaridade, criação de material pedagógico específico para a execução das atividades, convênios com entidades públicas e privadas, divulgação das atividades, instrumentalização dos programas em desenvolvimento, promoção da articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa, promoção de visitas monitoradas, além do natural incentivo para essas atividades.

Foi previsto também o pagamento de bolsas para estudantes inseridos em projetos de extensão, conforme o contido na Resolução 16/91, de 22 de agosto de 1991.

O tratamento dado à extensão universitária para o período em questão comprova o comprometimento da direção geral da Universidade com a indissociabilidade das suas funções-fim. As atividades de extensão na UFPR foram crescendo em número e em importância. Assim, em 1990, merecem destaque os seguintes projetos:

- Brincando com o Ritmo. Tendo por clientela meninos de rua de Curitiba, o projeto objetivou contribuir com a Educação Física por meio de um processo participativo-formativo, buscando uma concepção corporal como espres-

- são consciente da práxis, atendendo assim às necessidades reais dos meninos de rua, além de conscientizar a criança, por meio de participação ativa, da importância e necessidade de sua atuação na sociedade como elemento de transformação;
- Biologia nas Ruas. Dirigido a alunos de 1º e 2º graus e população em geral, foi desenvolvido em escolas públicas e privadas e nas ruas de Curitiba. Teve por objetivo geral aproximar os acadêmicos do curso de Ciências Biológicas da comunidade escolar e da comunidade em geral;
 - Capital Industrial e a Inserção de Pequenos Produtores: O Caso da Suinocultura no Sudoeste do Paraná. Desenvolvido pelo Departamento de Economia da Universidade, procurou beneficiar os suinocultores integrados à agro-indústria do Sudoeste do Paraná;
 - Educação Ambiental nas Escolas de 1º e 2º graus de Curitiba. Teve por objetivo geral ressaltar a importância ambiental em escolas;
 - Projeto Memória: O Pensamento Pedagógico Paranaense. Este projeto destinou-se a alunos e professores de 1º, 2º e 3º graus e seu objetivo foi o de registrar o trabalho pedagógico desenvolvido no Estado, por meio dos expoentes da Educação Paranaense;
 - Programa de Atenção à Saúde do Trabalhador, no Núcleo Profilático da UFPR. Este projeto teve por objetivo geral desenvolver atividade de Saúde Ocupacional, incluindo Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho.

De 1991 até os dias de hoje, os programas de extensão foram largamente ampliados, envolvendo todas as unidades da universidade e sempre tendo em mente a integração ao ensino e à pesquisa.

Nesse ano, foram colocados em atividades 86 projetos e sub-projetos, dos quais podem-se destacar:

- Implantação do Programa de Controle de Saúde da Criança do Conjunto São Domingos em Curitiba, sob a responsabilidade do Departamento de Enfermagem;
- Tecnologias Apropriadas para Pequenas Propriedades de Baixa Renda. Uma proposta para o Alto e Médio Iguaçu, desenvolvido pelo Departamento de Solos;
- Recuperação do Menor Infrator, de responsabilidade do Departamento de Psicologia;
- Análise do Desempenho Setorial - Setor Metal Mecânico, Metalurgia/Eletromecânica e Material de Transporte, desenvolvido pelo Departamento de Economia;
- Manejo de Cultura sob Proteção Plástica, com Finalidade Didático-Científica para apoio e Repasse da Técnica Adequada ao produto, envolvendo os departamentos de Fitotecnia e Filosanitarismo;

- Importância das Características Físicas do Solo para a Produtividade Agrícola - Raiz Também Bebe e Respira, também desenvolvido pelo Departamento de Solos;
- Piraquara - a Geografia do Município, de responsabilidade do Departamento de Geografia;
- Opção dos Vencidos - Vídeo Educativo, desenvolvido pelo Departamento de Nutrição;
- Assistência Judiciária, atividade desenvolvida pelo Departamento de Direito Penal;
- Projeto Multidisciplinar na Vila Gusso, desenvolvido em Curitiba pelo Departamento de Saúde Comunitária;
- A Dinâmica de Atividades Físico-Recreativo e Artística no Processo Ensino-Aprendizagem em Classes Multi-Seriadas, ativado em escolas públicas de Curitiba pelo Departamento Métodos e Técnicas de Educação;
- Enteroparasitose, Tratamento e Educação Sanitária em População Favelada no Município de Campo Largo/PR, de responsabilidade do Departamento de Patologia Básica;
- Riscos da Automedicação desenvolvido pelo Departamento de Farmacologia;
- Operacionalização da Agência Experimental de Turismo da UFPR, de responsabilidade do Departamento de Comunicação Social e Turismo;

- Monitores Agrícolas e Agricultura Alternativa, sob a responsabilidade do Departamento de Ciências Sociais;
- Distúrbios de Aprendizagem - Diagnóstico e Tratamento. Continuação do programa iniciado em 1984;
- Programa Ilha do Mel, desenvolvido nessa ilha pelo Departamento de Clínica Médica;
- II Mostra Paranaense de Embriologia, de responsabilidade do Departamento de Biologia Celular.

Muitos outros programas de 1991 tiveram continuação no ano seguinte.

Outros foram iniciados, como, por exemplo:

- Digitalização do Museu de Paranaguá, que teve por objetivo a criação de um banco de dados em ambiente digital, contendo todas as especificações técnicas das partes que compõe o museu, visando a confecção de plantas, desenhos e croquis para servir como material básico para restauração do monumento;
- O fazer cerâmico no Município de Antonina, cujo objetivo principal foi o de resgatar o artesanato cerâmico produzido nesse município e municípios vizinhos;

- O Desenho nas Escolas de 1º e 2º graus, desenvolvido pelo Departamento de Desenho, teve como local de atuação escolas públicas e particulares da Rede de Ensino de Curitiba;
- Projeto Multimídia de Educação Ambiental - PMMEA, dirigido a docentes e discentes da UFPR, alunos de escolas de 1º e 2º graus e à comunidade em geral, destinou-se à divulgação de conceitos, resultados de pesquisas e atividades na área do meio ambiente.

Em 1993, 58 novos programas de extensão foram desenvolvidos, abrangendo 249 professores, 748 estudantes e 116 técnico-administrativos, além de 34 departamentos acadêmicos diferentes. Foram oferecidos 244 cursos de Extensão Universitária, com 1.034 professores e 14.716 participantes. As atividades especificamente integradas ao ensino foram em número de 17 e se desenvolveram em escolas públicas do município (Fonte: PROEC, 1994).

Alguns projetos de maior destaque foram:

- Campus de Articulação Docência-Serviço. Desenvolvido em Araucária pelo Setor de Ciências da Saúde, buscou a integração docente assistencial como tática para a formação discente, desenvolvendo as atividades de forma multiprofissional;
- Psicologia Educacional: Contribuições Teórico-Práticas ao Ensino de Psicologia nos Cursos de Magistério, desenvolvido pelo Setor de Educação ob-

jetivou criar novas formas de relação teoria/prática que possibilitassem o aprofundamento dos conteúdos e das formas de desenvolvê-los pelos professores e alunos;

- Projeto Guaraqueçaba - NIMAD - Estudos Geológicos. De responsabilidade do Departamento de Geologia, este projeto teve duas abordagens: a localização geológica das comunidades de pescadores para caracterizar quais os fatores geológicos condicionantes da localização das vilas de pescadores, com o objetivo de orientar a ocupação da área e a caracterização dos níveis de água subterrânea e subsuperficial, como alternativas para o abastecimento dos moradores da região.

Significativo foi o aumento de novos projetos e do envolvimento de alunos e professores, levando-os a enfrentar novos problemas que necessitavam de soluções urgentes.

Segundo a Profª KERSTEN, estes programas procuraram "... responder a mais um desafio da sociedade, oferecendo a seus estudantes e à comunidade oportunidade de formação complementar" (Projetos de Extensão, 1992).

Em 1994, foi elaborado pela Universidade um plano institucional para o período 1994-1998. Em seus princípios consta: "Compromisso efetivo com propostas de integração plena entre ensino, pesquisa e extensão, postulando a qualidade acadêmica alicerçada em critérios claros de avaliação" (UFPR, 1994, p. 11).

É levantado, a nível geral, um diagnóstico interno e um externo, com o objetivo de detectar quaisquer problemas que pudessem colocar em risco a execução dos programas projetados para essa gestão. No diagnóstico interno, especificamente sobre a extensão, foram levantados os seguintes problemas:

- a) falta de entendimento, pela comunidade, do papel da extensão na atividade acadêmica, de seu significado na relação com a sociedade e da importância na produção do conhecimento;*
- b) ausência de definição de uma política de prestação de serviços vinculada à atividade de ensino, pesquisa e extensão;*
- c) baixo grau de relacionamento com os amplos setores da sociedade organizada;*
- d) falta de uma entidade de referência de ligação com a sociedade, nos moldes de uma associação de amigos e ex-alunos, que auxilie a universidade a reduzir a distância com a comunidade externa;*
- e) limitado espaço interno para manifestações artístico-culturais (UFPR, 1994, P. 16/17).*

Nesse diagnóstico, foram previstos também os elementos facilitadores:

- a) existência de normas, resoluções, regulamentos e do próprio Regimento Geral da UFPR, traduzindo uma política de extensão;*
- b) fortalecimento da imagem da extensão junto à comunidade acadêmica;*
- c) desenvolvimento de experiências relevantes no sentido de colocar em prática a indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa;*
- d) desenvolvimento de programas integrados de estágio/extensão;*
- e) apoio institucional às atividades culturais;*
- f) existência de projetos que buscam experiências de inter e multidisciplinaridade (UFPR, 1994, p. 20).*

No que diz respeito ao diagnóstico externo, foram levantados, como elementos obstaculizadores ao desenvolvimento da Extensão e Cultura, os seguintes:

- a) “ausência de uma política nacional de valorização da extensão, especialmente junto às agências financiadoras;
- b) inexistência de Programa Nacional de Bolsas de Extensão para as Universidades Públicas” (UFPR, 1994, p. 23).

Entre os elementos facilitadores, figuraram:

- a) estabelecimento de diretrizes para a política de extensão universitária do MEC;*
- b) criação da Comissão Nacional de Extensão;*
- c) articulação com as Instituições Nacionais de Ensino Superior do Paraná para o desenvolvimento de ações integradas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão (UFPR, 1994, p. 25).*

Após o levantamento de diagnóstico, foram colocados objetivos para serem alcançados, para melhorar a qualidade do ensino:

- 1 - “Consolidar a política de formação do profissional cidadão através da articulação das atividades-fim da Universidade que se sintetizam na qualidade do ensino;
- ...
- 11 - Garantir a atuação do Hospital de Clínicas como Hospital-Escola, integrando ensino, pesquisa e extensão” (UFPR, 1994, p. 31/32).

Para a produção do conhecimento, foi levantado o seguinte objetivo, entre outros:

...

- “Promover política institucional de pesquisa e de extensão, assistida por mecanismos permanentes de apoio, acompanhamento e avaliação, que fixe prioridades e oriente os esforços da comunidade universitária, com vistas à melhoria dos seus resultados” (UFPR, 1994, p. 32).

Este plano, que envolveu a Universidade em todos os níveis, vem colaborar definitivamente para o entendimento da extensão como uma das funções universitárias, indissociável das demais.

No que diz respeito às atividades propriamente ditas, podem-se citar alguns exemplos de projeto de extensão universitária em andamento desde 1994:

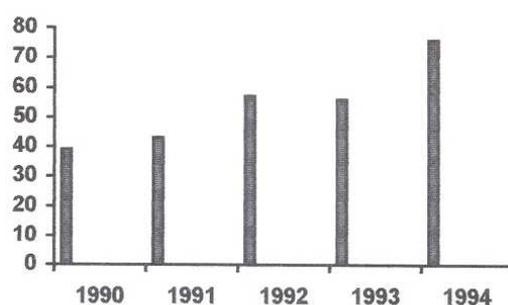
- Alfabetização de Adultos Servidores da UFPR, que envolveu o Departamento de Métodos e Técnicas da Educação;
- Aconselhamento Dietético para portadores de Diabete Mellitus Tipo I e Obesidade Infantil, sob a responsabilidade do Departamento de Geologia;
- Prevenção da Febre Reumática em Crianças em Idade Escolar da Prefeitura Municipal de Curitiba, em convênio com esta entidade e sob a responsabilidade do Departamento de Patologia Básica;

- Intervenção Psicológica na Creche Pública, envolvendo o Departamento de Psicologia;
- Saúde Mental e Ecologia, desenvolvido pelo Departamento de Psicologia;
- Física Experimental na Universidade para Secundaristas, desenvolvido pelo Departamento de Física;
- Alfabetização em Creche Alternativa, de responsabilidade do Departamento de Planejamento e Administração Escolar;
- Núcleo de Planejamento Turístico - Projetos e Programações Especiais de Turismo, do Departamento de comunicação Social e Turismo;
- Apoio à Promoção da Saúde da Criança e do Adolescente - PRONAICA, pelo Departamento de Saúde Comunitária;
- Desenvolvimento e Fomento da Ostricultura na Região de Parangará-PR, pelo Centro de Estudos do Mar;
- O Museu vai à Escola, pelo Departamento de Métodos e Técnicas da Educação;
- Uso e Abuso da Escola na prevenção contra as Drogas, sob a responsabilidade do Departamento de Enfermagem.

É importante verificar a evolução quantitativa dos projetos de extensão no período de 1990 a 1994:

**QUADRO COMPARATIVO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO
NA UFPR, NO PERÍODO 1990-1994**

| ANO | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 |
|-------|------|------|------|------|------|
| QUANT | 39 | 43 | 57 | 56 | 76 |



Este quadro comprova o aumento gradativo do desenvolvimento de projetos de extensão, o que representa um aumento de mais de 90% de 1990 para 1994.

Com o desenvolvimento das atividades de extensão, a UFPR tem procurado responder às exigências da sociedade, no sentido de colocar a comunidade acadêmica diretamente nos problemas sociais. Daí, poderão surgir medidas que venham a transformar um pouco dessa realidade tão carente de soluções. Com a integração da universidade na sociedade e o conseqüente aproveitamento da cultura

própria da comunidade, pode-se levar essa comunidade a elevar-se. Dessa forma, teria sido promovida a modificação mútua, que é o objetivo principal da extensão universitária.

PROPOSIÇÕES

Esta pesquisa pôde proporcionar-nos uma breve retomada da concepção de universidade, desde o seu início na Europa, sua implantação no Brasil, a criação da UFPR, sua luta pelo reconhecimento institucional e, principalmente, sua imposição no cenário nacional, como uma instituição a serviço da comunidade a qual pertence.

No que se refere às funções básicas da universidade — ensino, pesquisa e extensão — a literatura explorada mostrou maior ênfase dada às duas primeiras.

O ensino, como função fundamental, apresenta-se carente de maiores investimentos, mas é a que tem merecido maior atenção de todos. Em sua história no Brasil, muitos movimentos de estudantes, encontros de educadores, congressos e tantos outros eventos resultaram em várias reformas universitárias, o que se pode sentir até na própria legislação específica.

A função pesquisa, segundo FIDELA, "... é a que possui maior massa crítica de doutores. Isso porque o elemento entra na escola e existe uma política de qualificação de recursos humanos, que não é, apenas, uma política de titulação. Há uma preocupação para que os indivíduos sejam qualificados, para que eles tenham uma titulação que, efetivamente, corresponda a uma competência na área..." (Seminário de Abertura da Avaliação Institucional, 1991, p. 559).

A indissociabilidade da pesquisa e do ensino, no entanto, não parece existir no sentido lato da palavra. No contexto deste estudo, foi mostrado que os trabalhos de pós-graduação só têm servido para preencher prateleiras das bibliotecas das universidades, não sendo nem aproveitados nem divulgados. Entretanto, existe farta discussão sobre o assunto, comprovando uma preocupação latente na comunidade acadêmica quanto à indissociabilidade da pesquisa com o ensino.

A nível governamental, a pesquisa mereceu a criação de instituições próprias que funcionam principalmente como interação entre a universidade e a empresa.

Quanto à extensão, este trabalho mostrou todas as tentativas de enquadrá-la dentro de um modelo único nacional, o que não tira o mérito dos programas desenvolvidos, mas mostrou também a necessidade de se regionalizar as atividades de extensão, pois ela é a via que permite que a universidade, em seu conjunto, seja realmente inserida na sociedade. Cada universidade deve ter o seu próprio modelo de extensão de acordo com as exigências do seu universo próprio, tomando o cuidado, porém, de não enquadrá-la em caráter assistencialista. Esse cuidado deve recair também na sua indissociabilidade do ensino e da pesquisa, pois assim como não se ensina sem pesquisa, também não se faz extensão sem pesquisa. A indissociabilidade reside justamente neste ponto: o ensino deve ser pautado nas exigências da sociedade, provocando novas pesquisas a partir das necessidades detectadas pela extensão.

Quanto à Universidade Federal do Paraná, é notório o esforço empenhado para consolidar a extensão como função básica indissociável do ensino e da pesquisa.

Entretanto, ainda existem muitas limitações que devem ser superadas.

Algumas dessas limitações podem ser apontadas:

- A nível de campo: definir que comunidade trabalhar, identificar as dificuldades dessa comunidade; comprometer a comunidade com a extensão, comprometer a comunidade na continuidade sem a extensão; estabelecer relação efetiva de troca pelos aspectos sociais e assistencialistas.
- A nível de instituição intermediária: dificuldade do entendimento e do envolvimento da sociedade civil, como, por exemplo, secretarias de saúde e da educação como intermediárias do processo; prioridades da sociedade civil — nem sempre são as mesmas das comunidades; modismo; questões políticas ‘sazonais’, bem como de mudanças de pessoas em cargos administrativos.
- A nível de IES: valorização do docente extensionista pela comunidade universitária; mobilidade de infra-estrutura (telefone, secretaria, papel para ofícios, locomoção); agilidade de trâmites institucionais; apoio financeiro; equiparação do valor de todas as modalidades de bolsas para discentes do ensino e da pesquisa com a extensão; dificuldade de contratação de pessoal de apoio especializado dentro das prerrogativas de mercado; comprometi-

- mento do docente, do discente e das próprias IES a todos os níveis departamental, setorial e pró-reitorias; dificuldade de elaboração, acompanhamento e avaliação do trabalho extensionista com registro dos resultados e sua articulação com o ensino e a pesquisa bem como o seu entrosamento; falta de indicadores, por publicações, dos benefícios da extensão; falta de documentar a pesquisa que se originou da extensão; dados objetivos de retorno do extensionista para retroalimentação do ensino; efetiva troca de experiências extensionistas com as diversas IES (cursos que ensinam a fazer acompanhamento, avaliação, indicadores de controle, identificação de resultados, etc.); a atividade extensionista muito centrada no docente;
- A nível de comunidade: dividir as responsabilidades dos resultados das ações extensionistas.

Apesar dessas limitações, na análise das evidências coletadas, a conclusão é a de que, mesmo tendo seguido todos os modelos nacionais de extensão — CRUTAC, Projeto Rondon, Campus Avançado, a extensão na UFPR foi implementada de forma diferenciada e particular, pois, a cada gestão, apresentava-se como um novo desafio, sendo repensada criticamente. O modelo como se apresenta hoje é resultado deste repensar crítico havido em cada uma dessas gestões.

A ausência de bases teóricas para o desenvolvimento da extensão é mais um ponto a favor da UFPR, pois, assim, pôde efetivar o seu próprio modelo, sem que a qualidade dos programas fosse alterada.

A evolução da extensão universitária na UFPR se deu de forma lenta e gradativa, mas sempre procurando estar a par dos problemas sociais, haja vista os exemplos de programas desenvolvidos junto às comunidades — escolas, municípios, empresas. O aumento das atividades, a cada ano, mostrou-se substancial — em cinco anos foi de mais de 90% — sempre envolvendo outras áreas acadêmicas, seja na forma de projetos, programas, cursos ou eventos, buscando dar aos estudantes, novas oportunidades de formação complementar.

Esses programas são constatações de que a UFPR, evolutivamente, sempre procurou primar pela execução das funções básicas da universidade — ensino, pesquisa e extensão — sem desvinculá-las.

Nos próprios estatutos e regimentos da Universidade, a extensão foi ganhando terreno gradativo, merecendo, a cada nova edição, novos artigos.

Outro fator decisivo na evolução qualitativa da extensão na UFPR é que a graduação foi feita de modo a estendê-la a todas as áreas acadêmicas, não se encontrando, hoje, nenhum departamento que não esteja desenvolvendo, ou que ainda não tenha desenvolvido atividades a esse nível.

Tudo isso caracteriza a UFPR em sua função precípua — difusora da cultural nacional e universal, mas envolvida com as exigências da sociedade, fazendo das suas funções uma forma de participar na solução dos problemas sociais, apresentando-se como uma verdadeira alternativa pedagógica e cultural à sua comunidade acadêmica.

As atividades de extensão na UFPR não devem sofrer interrupções indesejáveis, ao sabor das gestões futuras. E para que sua evolução seja constante, as limitações apontadas devem ser superadas e deve ser prevista nos currículos dos cursos, como forma de seguir as exigências da sociedade e estar em consonância com o seu compromisso social. Dessa forma, a extensão realmente assumirá o seu papel de relevada importância ao lado do ensino e da pesquisa.

Se este trabalho de alguma forma contribuir para que isso aconteça, já nos daremos por realizados.

Como uma tentativa de contribuir para a melhoria da extensão da UFPR, na busca de superar suas limitações, na continuidade deste trabalho, tomaremos a liberdade de apresentar algumas propostas.

A partir dos conceitos de extensão coletados no 2º capítulo deste trabalho, compreendemos que ela exerce um papel fundamental na comunicação entre a universidade e o meio em que esta universidade se insere.

A extensão, tendo um sentido de integração da comunidade com a universidade, desempenha um papel no propósito de colher as expectativas dessa comunidade para o trabalho universitário.

Encontramos similaridade com o que entendemos como expectativas da comunidade, no art. 2º dos objetivos da Universidade de Brasília, quando de sua fundação: "... formar cidadãos responsáveis, empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas com os quais se defronta o povo brasileiro em sua

luta pelo desenvolvimento econômico e social” (SILVEIRA, apud TUBINO, 1984, p. 72).

Em nossa concepção, é principalmente por meio da extensão, que professores e acadêmicos tomam contato, frente a frente, com os problemas brasileiros, e mais especificamente, com os problemas da comunidade. Aí reside muito da importância do desenvolvimento de atividades extensionistas.

Não basta apenas desenvolver atividades. É preciso difundi-las. A importância da difusão dos programas e projetos de extensão reside, não somente no fato de poder mostrar à sociedade os conhecimentos que podem ser adquiridos dentro de uma universidade, mas, e principalmente, no fato de levar até a universidade a cultura popular, a realidade presente nas comunidades, bem como suas necessidades e expectativas, de maneira a formar uma relação de troca entre a sociedade e a instituição de ensino.

Para que a universidade possa difundir a extensão, propomos alguns passos iniciais:

- a universidade deve preocupar-se primeiro em coletar informações, por meio da observação da realidade, lançando programas de extensão que envolvam todas as disciplinas dos cursos;
- as disciplinas de cada curso devem prever, em seus conteúdos, alguns parâmetros que tenham relações com a cultura popular, de forma a levar os acadêmicos a formular ações em parceria com a comunidade;

- a participação do acadêmico junto à comunidade deve ser reflexiva no sentido de fazê-lo sentir-se co-responsável pela necessidade de mudanças;
- o trabalho desenvolvido junto à comunidade deve redundar num modelo teórico que tenha consonância com a realidade social;
- a interação entre a universidade e a comunidade deve-se dar por meio da extensão, que, por si só, é um meio de difundi-la;
- desenvolver atividades contínuas: a interrupção faz perder o vínculo da comunidade para com a universidade.

Com o desenvolvimento dessas atividades, a universidade, em seu todo, estaria trabalhando com problemas reais da sua comunidade e construindo o seu próprio modelo de extensão.

TUBINO afirma: "... as universidades do mundo desenvolvido são frutos de uma longa seqüência histórica". E afirma, também, que as universidades do Terceiro Mundo são réplicas das universidades do mundo desenvolvido. (1984, p. 177).

Se as universidades procurarem construir o seu próprio modelo de extensão, acabarão também por construir um modelo próprio de serem não apenas como mais um produto de desenvolvimento, mas como uma das razões do desenvolvimento.

Os primeiros resultados das medidas propostas poderiam ser sentidos por meio da receptividade e entusiasmo das populações nas quais se desenvolvem as ações e na largueza do espírito de professores e alunos nelas envolvidos.

Um segundo resultado seria a observação das iniciativas da comunidade, como consequência da atividade desenvolvida.

A melhoria da qualidade de vida da comunidade é uma consequência esperada pelas ações extensionistas.

É, porém, a elevação da cultura e, como consequência a elevação da capacidade de trabalho que se apresentam como principal resultado que se pode obter das atividades de extensão.

Segundo SCHMITZ:

Com a elevação da cultura, certamente se elevarão também os padrões sociais. Uma sociedade mais culta e mais justa só poderá provir de pessoas mais cultas e mais justas. A renovação da sociedade deverá dar-se a partir da renovação das pessoas, ou ela não se realizará, ou ao menos terá muita dificuldade para se efetuar. A melhoria não pode ser imposta, mas deve nascer das aspirações e da vontade das próprias pessoas e comunidades (1984, p. 174).

Se os objetivos da extensão estiverem embasados nas necessidades da comunidade, essa renovação será uma consequência natural das ações extensionistas.

Para agilizar essas ações, é preciso que a extensão faça parte integrante das funções da universidade e na mesma proporção que o ensino e a pesquisa; é preciso também que ela esteja contida nos currículos dos cursos.

TOALDO afirma:

Partindo do pressuposto de que o currículo, a qualquer nível, é instrumento de ação educacional e se constitui no conjunto de atividades planejadas sob a inspiração de uma filosofia, com objetivos bem definidos, uma metodologia própria e um sistema de avaliação adequados à natureza das mesmas atividades, conclui-se que este não se limita apenas a um rol de disciplinas mas compreende todas as experiências organizadas e supervisionadas pela escola (1977, p. 144).

Nessas experiências encontram-se, sem dúvida, as atividades de extensão.

Estando a extensão estabelecida em currículo, os acadêmicos e professores estarão naturalmente envolvidos em suas ações.

Se as atividades de extensão forem iniciadas já nas primeiras séries dos cursos, os alunos terão, desde cedo, a oportunidade de entrarem em contato com a realidade social, suas necessidades e expectativas. Isto, além de proporcionar-lhes a união entre teoria e prática, levará à reflexão sobre seus futuros campos de trabalho. A extensão, sendo praticada desde as primeiras séries, será vista pelo acadêmico como função básica da universidade ao lado do ensino e da pesquisa, e não como ação esporádica que beneficia a uma minoria de interessados. Esta é uma maneira de revitalizar a extensão como função básica da universidade.

É preciso também que a universidade procure agilizar ações de extensão. Damos, a seguir, exemplos de medidas possíveis de serem colocadas como meio de agilizar essas ações:

- mudança curricular, transformando a extensão como prática de todas as áreas do conhecimento;

- estabelecimento de políticas de extensão, desvinculando-a de sua conotação assistencialista;
- melhor aproveitamento das normas, resoluções e regulamentos sobre extensão já existentes;
- facilitação no que diz respeito à burocracia administrativa, principalmente na liberação de recursos;
- envolvimento do maior número possível de alunos nos programas;
- alunos como agentes de transformação;
- participação de professores, respeitando-se sua aptidão natural;
- sensibilização e envolvimento das comunidades a serem trabalhadas, mostrando-lhes a significação da atividade no relacionamento das comunidades para com a universidade, fazendo ver que é por meio da extensão que se dá esse relacionamento;
- sensibilização e envolvimento de instituições intermediárias, como secretarias de estado, escolas de 1º e 2º graus, postos de saúde e outros, buscando subsídios para o desenvolvimento das atividades e integrando-as à ação propriamente dita;
- articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa;
- pesquisa da realidade social para trazê-la para dentro da universidade;
- acadêmicos e professores envolvidos dividindo com a comunidade as responsabilidades das ações;

- busca de resultados e de sua sistematização como conhecimentos produzidos, o que possibilitará o aprofundamento da reflexão sobre as experiências realizadas.

Tornando a comunidade co-responsável pelo desenvolvimento das ações, a comunidade, além de auxiliar no desenvolvimento dos projetos, aprenderá a valorizar sua própria contribuição, sentindo-se capaz de agir, ao tempo em que dará maior valor ao grupo que com ela atua. Dessa forma, a extensão estará fortalecida junto à sociedade e dentro da própria comunidade acadêmica.

No que diz respeito aos projetos, é preciso que sejam bem idealizados antes de serem implantados. Em sua idealização é preciso examinar:

- o problema;
- a população alvo;
- a abrangência;
- o tipo de ação;
- o estabelecimento de objetivos;
- a organização dos grupos de trabalho;
- as soluções esperadas.

Se estas fases forem observadas, os projetos de extensão estarão em processo de agilização natural.

Porém, além dessas fases, é preciso olhar cada projeto num sentido de “mão dupla”, isto é, considerar todos os envolvidos como parceiros que têm contribuições a serem dadas e conhecimentos que devem ser aproveitados, o que redundará numa troca efetiva entre a universidade e a comunidade.

As modalidades de projetos de extensão que podem ser realizados nas comunidades são inúmeras. A título de exemplo, citamos: cursos, simpósios, seminários, palestras, atividades artísticas, que podem estar relacionadas à saúde, à agronomia, ao direito, à educação física, ao turismo, ao artesanato, ao desenho, à informática e a tantas outras áreas do conhecimento.

É preciso equipar os grupos de trabalho com material pedagógico compatível com a cultura da comunidade em que se vai trabalhar, para um melhor desenvolvimento de suas atividades. Por isso, é importante a prévia observação dessa comunidade.

Neste ponto, é imprescindível a inter-relação da extensão com o ensino.

Assim como a extensão deve estar interligada às atividades de ensino e de pesquisa, estas, por sua vez, devem andar em consonância com a comunidade, o que dará maior chance à extensão de alcançar seus objetivos. Segundo SAVIANI, “... a extensão terá maior chance de ser realizada na medida em que o ensino e a pesquisa se vincularem cada vez mais às necessidades da sociedade em que a universidade se insere” (1986, p. 45).

Isto mostra que a responsabilidade da universidade para com a sociedade não se restringe a formar profissionais e a realizar pesquisas. Sem a extensão, a pesquisa

poderá tornar-se estanque, uma vez que não surgiu das necessidades da sociedade, colhidas pela extensão. Da mesma forma, acontece com o ensino. De nada adiantará formar profissionais, se o mercado de trabalho não puder absorvê-los. Sem consonância com a realidade social, a universidade estará dentro da redoma a que já nos referimos.

Citamos, abaixo, alguns exemplos de articulação da atividade de extensão com o ensino:

- colher dados reais para mudanças nos conteúdos das disciplinas;
- tornar a atividade reflexiva, de maneira que o aluno seja co-responsável pela transformação desses conteúdos;
- propor avaliação dos programas desenvolvidos, de forma a levar as atividades a se refletirem nas próprias disciplinas;
- desenvolver atividades abrangendo vários setores acadêmicos;
- levar os alunos a buscarem subsídios junto às instituições, cada um em sua área própria de atuação.

Vale lembrar, aqui, os dois níveis de ação contidas nas diretrizes da atividade de extensão da UFPR:

a) o trabalho voltado à comunidade interna, buscando integração das diversas áreas da produção e transmissão do conhecimento, das artes, da música, do esporte, bem como da divulgação das pesquisas realizadas através da publicação de livros e da preservação da cultura material;

b) o trabalho que privilegia a ligação da instituição universitária com a sociedade (UFPR, 1991, p. 26).

Dessa forma, a articulação das várias áreas do conhecimento, bem como a articulação da universidade para com a sociedade é uma ação já prevista nas normas da UFPR.

Os próprios critérios adotados pela UFPR, critérios esses descritos no 3º capítulo deste trabalho, elevam a extensão ao nível do ensino e da pesquisa, articulando-os.

As dificuldades apontadas nesse capítulo podem ser superadas, se os professores forem conscientizados de que a extensão auxilia na aceleração do progresso da sociedade, uma vez que atua como articuladora entre a sociedade e a universidade.

No que diz respeito à pesquisa, ela deve ser consequência natural das ações extensionistas, uma vez entendido que é a extensão que levanta as necessidades e elabora as propostas.

A ampliação dos horizontes do aluno por meio da prática e a participação de comunidades em programas são resultados que, por si só, bastam para que a extensão receba uma ação continuada dentro das universidades.

A universidade tem o dever de fazer da extensão um momento especial para o seu corpo discente, um momento de descobrir a realidade, de refletir sobre soluções e de produzir crescimento técnico, científico e cultural do homem.

A extensão tem de caber dentro da universidade, no mesmo plano em que cabem o ensino e a pesquisa. Só assim, se realizará o verdadeiro processo educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA JUNIOR, A. Problemas do ensino superior. São Paulo : Nacional, 1956.
- BACELLAR, Yeda Maria dos Santos. Extensão Universitária: que vocação? Curitiba : 1989. Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. Volume 19.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Superior. Coordenação de Avaliação e Controle. O ensino superior no Brasil 1974/1978 : Relatório. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. O ensino superior no Brasil.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - nº 4.024. 1961.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 5.540 - de 28 de novembro de 1968.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. O perfil da extensão universitária no Brasil. SESu/MEC. Brasília, 1994.
- CARNEIRO, Moacir Alves. Extensão universitária : Versão & perversão. Rio de Janeiro : Presença, 1985.
- CASSIMIRO, Maria do Rosário et al. Universidade oportuna. Goiânia : Universidade Federal de Goiás, 1986.
- CASSIMIRO, Maria do Rosário & GONÇALVES, Oliveira Leite. Rumos da universidade brasileira. Goiânia : Editora Universidade Federal de Goiás, 1986.
- CHIAVENATO, Idalberto. Teoria geral da administração. 4. ed. São Paulo : Makro Books do Brasil / McGraw-Hill, 1992, 2. v.

- COLARES, Aglair da Cruz. O curso de pedagogia da UFPR frente ao compromisso social da universidade : Ensino, pesquisa e extensão. Curitiba, 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.
- COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO. Documento básico de avaliação das universidades brasileiras : Uma Proposta Nacional. Brasília, 1993.
- CUNHA, Luiz Antonio. A universidade temporã : O ensino superior da Colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1985.
- DIAS, Fernando Correia. Construção do sistema universitário no Brasil. Brasília: CRUB, 1989.
- EVANGELISTA, Olinda (Organizadora). Memória da organização dos professores da UFPR. Curitiba : APUFPR, 1991.
- FAGUNDES, José. Universidade e seu compromisso social : Extensão, limites e perspectivas. Campinas : Unicamp, 1986.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade em busca de sua identidade. Petrópolis, Vozes, 1972.
- GONÇALVES, José Newton T. A extensão universitária como uma das funções básicas da universidade. Fortaleza, CRUB, 1972.
- GUIMARÃES, A. M. & BAIBICH, T. M. Reflexões sobre relatos de experiências ou “por que não dizer que não falei das flores”. Trabalho apresentado ao 12º SEURS. Florianópolis, 1994.
- GURGEL, Roberto Mauro. Extensão universitária : Comunicação ou domesticação. São Paulo : Cortez, 1986.
- INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS - IPÊS/GB. A educação que nos convém : Fórum realizado em outubro/novembro - 1968. Rio de Janeiro : PUC-RJ/APES ED., 1969.
- KOURGANOFF, Wladimir. A face oculta da universidade. São Paulo : Unesp, 1990.
- MOTA, F. C. P. Teoria geral da administração. 17. ed. São Paulo : Pioneira, 1992.

- OBLADEN, Nicolau Leopoldo. Extensão universitária. Revista Acadêmica. Curitiba, v. 6, nº 12, p. 11 a 16, set., 1995.
- ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACION. Metodos de enseñanza de actividades de extensión. Roma, 1975.
- POERNER, Artur José. O poder jovem. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1970.
- POERNER, Artur José O poder jovem. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1986.
- QUEIROZ, Antônio Diomário. O governo não tem compromisso com a universidade pública. Informandes. Mai/95. Entrevista.
- RIBEIRO, Darcy. A universidade necessária. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1969.
- ROCHA FILHO, José Mariano. A terra, o homem e a educação : “Universidade para o desenvolvimento”. Santa Maria : Palloti, 1993.
- SANTOS, Renato Quintino. Educação e extensão : domesticar ou libertar? Petrópolis : Vozes, 1986.
- SAVIANI, Demerval. Ensino público e algumas falas sobre universidade. São Paulo : Cortez, 1986.
- SEMINÁRIO DE ABERTURA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (1.:1991 : Feira de Santana). A universidade em questão : Feira de Santana : UFES, 1993.
- SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO SUL. (1.: 1983: Curitiba). 1º Seurs. Curitiba : EDUCA, 1983.
- SCHMITZ, Egídio F. Caminhos da universidade brasileira : Filosofia do ensino superior. Porto Alegre : Sadra, 1984.
- SILVA, A. C. da. Relatório geral do debate sobre C e T numa sociedade democrática. João Pessoa : CRUB/RNPRPG, 1987.
- SILVA, Rosimeri Carvalho. A prática da extensão universitária : Um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVEIRA, Nadia D. Ruiz. Universidade brasileira : a intenção da extensão. São Paulo : Loyola, 1987.

SOUZA, Roberto M. de. Extensão em assentamentos rurais : uma proposta prática. ABEEF, nº 1, Jul/93.

TOALDO, Olindo Antonio. Extensão universitária : a dimensão humana da universidade; Fundamentação e estratégia. Santa Maria (RS) : Universidade Federal de Santa Maria, 1977.

TUBINO, Manuel José Gomes (Organizador). A universidade ontem e hoje. São Paulo : IBRASA, 1984.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Estatuto da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1969.

_____. Estatuto da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1970.

_____. Estatuto e regimento geral da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1974.

_____. Estatuto e regimento geral da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1983.

_____. Estatuto e regimento geral da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1992.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários. Extensão universitária : Caderno número 1. Curitiba, 1986.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários. Extensão universitária. Resolução nº 56/88 - CEP - Conselho de Ensino e Pesquisa. Curitiba, 1988. Folheto.

_____. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Conheça melhor sua universidade - participe da extensão universitária. Curitiba, 1993. Folheto.

_____. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Bolsa extensão universitária : programa institucional de bolsas para estudantes de graduação da Universidade Federal do Paraná; regulamento. Curitiba, 1991. Folheto.

_____. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Coordenadoria de Extensão. Projetos de extensão. Curitiba, 1992.

_____. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Coordenadoria de Extensão. Projetos de extensão. Curitiba, 1993.

- _____. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Coordenadoria de Extensão. Cursos de extensão. Curitiba, 1992.
- _____. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Coordenadoria de Extensão. Cursos de extensão. Curitiba, 1993.
- _____. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Extensão universitária. Resolução nº 24/93 - CEP - Conselho de Ensino e Pesquisa. Curitiba, 1993. Folheto.
- _____. UFPR : Gestão 90/94. Curitiba, Imprensa Universitária, 1991.
- _____. Plano Institucional : Gestão 1994/1998. Curitiba, 1994.
- _____. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Coordenadoria de Extensão. Projetos de extensão realizados/1994.
- _____. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Coordenadoria de Extensão. Índice dos Projetos de extensão em andamento - 1994/1995.
- _____. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Perfil da extensão universitária. Caderno nº 1, ano 1. Curitiba, 1995.
- _____. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Movimentos sociais : Caderno nº 2, ano 1, Curitiba, 1995.
- VIAL, Jean & MIALARET, Gaston. História mundial da educação. Rés, s/d.
- ZAGOTTIS, Décio Leal de. A interação entre a universidade e o sistema produtivo. Cadernos de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, s/d.

ANEXOS